



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO- SENSU EM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Projeto Pedagógico de Curso

Resumo

Inovação e transformação na formação docente: um curso voltado ao uso crítico, criativo e efetivo das tecnologias digitais na educação.

Uma proposta do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Digitais na
Educação - GPTeD
gpted@ifac.edu.br

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO**

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CNPJ: 10.918.674/0001-23

Nome fantasia: Ifac

Esfera administrativa: Federal

CAMPUS RIO BRANCO

Endereço: Av. Brasil, 920 - Xavier Maia, Rio Branco - AC

Telefone: (68) 2106-6834

E-mail: crb.dirge@ifac.edu.br

Site: www.ifac.edu.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Eixo Tecnológico: não se aplica

Resolução de Criação nº:

Carga Horária: 390 horas

Turno de oferta: Diurno

Duração: 12 meses

Início de Funcionamento: 2025.2

Forma de oferta: Presencial com 20% de atividades mediadas por tecnologias digitais

Local de oferta: Campus Rio Branco

Prazo máximo de integralização: 24 meses

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Ordem de Serviço Dirge-CRB/Ifac nº 07, de 11 de abril de 2025 alterada pela [Ordem de Serviço DIRGE-CRB/IFAC nº 08, de 23 de abril de 2025](#).

I - para função de presidente:

a) Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio, Siape 1876444;

II - para função de membros:

a) Jefferson Bissat Amim, Siape 2330750;

b) Gustavo Gonçalves Cardial, Siape 1131553;

c) Luana Ugalde da Costa, Siape 2144837;

d) Rodrigo Silva Souza, Siape 2939521;

e) Danielly de Sousa Nóbrega, Siape 1894384.

COMISSÃO DE COLABORAÇÃO

Luiz Eduardo Guedes

Gabriel Assumpção Firmo Dantas

Sonaira de Araújo Moura

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira

William Pedrosa Maia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	2
2 JUSTIFICATIVA.....	3
3 OBJETIVOS.....	8
3.1 OBJETIVO GERAL	8
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4 PERFIL DO EGRESSO	9
5 REQUISITOS DE ACESSO E DO PROCESSO SELETIVO	10
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	11
6.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	11
6.2 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO	12
6.3 PÚBLICO-ALVO:	17
6.4 LOCAL DE FUNCIONAMENTO	17
6.5 ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....	17
6.6 DA MATRÍCULA, DO TRANCAMENTO, DO DESLIGAMENTO E DA CONCLUSÃO DO CURSO	18
6.6.1 Da Matrícula.....	18
6.6.2 Do Trancamento de Matrícula e Trancamento de Disciplina	18
6.6.3 Do Desligamento	20
6.6.4 Da Conclusão do Curso	21
7 ESTRUTURA DO CURSO	21
7.1 MATRIZ CURRICULAR.....	22
7.2 CARGA HORÁRIA.....	24
7.3 DURAÇÃO DO CURSO.....	24
7.4 ORGANIZAÇÃO DAS AULAS.....	24
7.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	24
7.6 DA APROVAÇÃO NO CURSO	25
7.7 ORIENTAÇÃO/COORIENTAÇÃO	26
7.8 ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR.....	26
7.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	27
7.10 BANCA EXAMINADORA	32
7.11 DA DEFESA.....	32
7.12 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	33
7.13 DO TRANCAMENTO DE DISCIPLINA.....	35
7.16 DO DESLIGAMENTO	35
7.17 CERTIFICAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS	36
8 GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS COM LINHAS DE PESQUISA AFINS AO CURSO PROPOSTO .37	
9 DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DO CURSO	38
9.1 DA COORDENAÇÃO DO CURSO	38
9.2 DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR.....	38
9.3 DO COLEGIADO	40
9.4 ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO	40

10 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	41
10.1 BIBLIOTECA	41
10.1.1 Plano de Atualização do Acervo Bibliográfico	42
10.1.2 Biblioteca Virtual	42
10.1.3 Acessibilidade da Biblioteca	43
10.2 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS.....	43
10.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA	45
10.4 ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	45
10.5 EQUIPAMENTOS.....	45
11 CORPO DOCENTE.....	46
11.1 ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE.....	48
12. AVALIAÇÃO DO CURSO	49
13 EMENTÁRIO	50
ALFABETIZAÇÃO DIGITAL.....	51
FUNDAMENTOS DAS TEORIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ERA DIGITAL.....	52
PROFESSOR PESQUISADOR I.....	53
CULTURA DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL.....	54
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ACESSIBILIDADE	56
LETRAMENTO DIGITAL PARA PROFESSORES.....	57
CIDADANIA DIGITAL E SEGURANÇA NA INTERNET	58
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E TECNOLOGIAS DIGITAIS	60
METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS	61
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA PRÁTICA EDUCATIVA.....	62
ROBÓTICA EDUCACIONAL.....	63
GAMIFICAÇÃO E JOGOS	64
PROFESSOR PESQUISADOR II	65
13 REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do curso de especialização lato sensu em Tecnologias Digitais na Educação e se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização no Campus Rio Branco, unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac), situado no município de Rio Branco.

1.1 Identificação do curso

Nome do Curso	Curso de Especialização lato sensu em Tecnologias Digitais na Educação	
Código/Área de Conhecimento	Grande Área: Ciências Humanas (código 7.00.00.00-0) Área: Educação (código 7.08.00.00-6). Subárea: Ensino-Aprendizagem (código 7.08.04.00-1) Especialidade: Tecnologia Educacional (código 7.08.04.03-6).	
Instituição Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre/Campus Rio Branco Natureza jurídica: Autarquia Federal Página institucional na internet: www.ifac.edu.br Código da IES no INEP: 15507	
Carga Horária Total	390h	Duração: 12 meses
Prazo máximo de integralização	24 meses	
Modalidade	Presencial com 20% de atividades mediadas por tecnologias digitais.	
Título a ser conferido	Especialista em Tecnologias Digitais na Educação	
Sistema de organização	Eixos estruturantes com disciplinas e Trabalho de Conclusão de Curso	
Início da oferta	2026.1	
Processo Seletivo	Fases Classificatórias: Análise de Memorial (1ª fase) e Currículo (2ª fase)	

2 JUSTIFICATIVA

A sociedade contemporânea se caracteriza pela sua cultura digital, que vem transformando profundamente as práticas sociais e, conseqüentemente, práticas educacionais. A inserção das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas impacta as relações sociais e nos processos formativos da sociedade, mudando a forma de aprender, ensinar, produzir e disseminar conhecimentos, além de inserir práticas distintas de exercício de cidadania. A escola, como locus privilegiado do diálogo e da construção do saber, está diante do desafio de ensinar, ao mesmo tempo em que aprende sobre tecnologias digitais, suas vantagens e desafios, seus riscos e oportunidades.

Recentemente, por meio da Lei nº 14.533, de 2023, o governo federal instituiu a Política Nacional de Educação Digital e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a educação digital como uma das garantias e dever do Estado, bem como a sua previsão como componente curricular no ensino fundamental e médio.

A criação do curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação é uma resposta necessária às demandas atuais da educação e da sociedade, promovendo a formação de professores capacitados para integrar tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas de forma eficaz, inovadora e crítica,

Alinhado com as políticas públicas educacionais e a Política Nacional de Educação Digital o curso visa contribuir para a formação de professores da educação básica, qualificando-os para o desenvolvimento de interações entre tecnologias digitais, currículo e práticas pedagógicas, promovendo metodologias inovadoras e inclusivas que atendam às demandas de uma educação emancipatória, equitativa e de qualidade.

De acordo com a Lei nº 14.533/2023, o Estado deve garantir a educação digital, assegurando a conectividade em alta velocidade para todas as instituições públicas de educação básica e superior, além de desenvolver competências em letramento digital, criação de conteúdos digitais, comunicação, colaboração, segurança e resolução de problemas. A relação entre ensino e aprendizagem digital deve incluir técnicas e recursos que fortaleçam os protagonistas do processo de construção do

saber, professores e alunos, e promovam espaços coletivos de desenvolvimento mútuo.

As políticas públicas educacionais brevemente apresentadas acima, vão ao encontro de uma realidade complexa. De acordo com a pesquisa TIC Educação 2020, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), publicada em agosto de 2024, o acesso à Internet nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio cresceu significativamente, atingindo 92% em 2023. No entanto, na Região Norte, ainda persistem desigualdades. Enquanto Rondônia e Tocantins apresentaram altas taxas de conectividade escolar, 95% e 98% respectivamente, estados como Acre (56%), Amapá (58%) e Amazonas (61%) ficaram abaixo da média nacional, com pouco mais da metade das instituições conectadas. Este cenário indica que, embora tenha havido avanços, ainda há desafios consideráveis na promoção da igualdade de acesso à Internet nas escolas dessas regiões.

Além da questão da infraestrutura tecnológica e conectividade, a formação de professores é imprescindível para o processo de implementação e uso das tecnologias como ferramentas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, reconhecendo essas ferramentas como parte essencial do exercício da formação cidadã na sociedade contemporânea. O mesmo relatório identificou os principais temas no desenvolvimento profissional relacionado ao uso de tecnologias digitais, destacando como áreas de foco a criação de conteúdos educacionais digitais, a avaliação dos alunos e o ensino de alunos com deficiência.

Em termos de políticas curriculares nacionais, as diretrizes do MEC (2024) para o uso pedagógico das tecnologias digitais no Ensino Fundamental e Médio organizam os saberes docentes em três dimensões principais: I - Ensino e aprendizagem com tecnologias digitais: envolve práticas pedagógicas, curadoria e criação de conteúdos digitais, análise de dados e práticas inclusivas; II - Cidadania digital: abrange o uso responsável, seguro e crítico das tecnologias e; III - Desenvolvimento profissional: foca na formação continuada, comunicação e colaboração, e no uso de recursos para gestão.

Todos esses aspectos formam um arcabouço de desafios aos profissionais da educação e às instituições que atuam na formação de professores. Nesse contexto, o Acre, um dos estados ainda com maior dificuldade de conectividade, reúne um número expressivo de estudantes e profissionais. Segundo o Censo Escolar 2023, o

estado possui 253.918 matrículas, com 147.350 no ensino fundamental e 40.216 no ensino médio. Esses estudantes são atendidos por 10.761 professores, sendo 6.880 no ensino fundamental e 2.481 no ensino médio. Do total de professores, 8.187 possuem graduação, com 3.581 desses em Rio Branco.

Os dados apresentados revelam a importância de investir na formação de professores da educação básica para o uso das tecnologias, no Estado do Acre e demonstram que há um público em potencial para o curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação. Ademais, também faz parte do escopo das atribuições dos Institutos Federais atuar na formação de professores, conforme disposto nos arts. 6º e 7º da Lei nº 11.892/2008:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

VI - ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

O curso de Especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação contribuirá para que o Campus Rio Branco, e conseqüentemente, o Instituto Federal do Acre, se aproxime da educação básica, fortalecendo ações de formação inicial e continuada.

Além do aspecto do ensinar e aprender, é importante destacar a importância da pesquisa crítica sobre o tema das tecnologias digitais, que emergem como um campo fértil e desafiador para a pesquisa acadêmica, demandando investigações que analisem tanto os aspectos pedagógicos quanto os sociais e éticos de sua incorporação nos processos formativos. Como objeto de pesquisa, as tecnologias digitais permitem explorar suas potencialidades para promover práticas pedagógicas inovadoras, integradoras, inclusivas e personalizadas, que atendam às dimensões individuais e coletivas, bem como seus limites e impactos na construção de uma educação inclusiva e crítica. O estudo dessas tecnologias abrange desde o

desenvolvimento das competências digitais para alunos e professores até a análise de suas influências no currículo, na gestão educacional e nas relações de ensino-aprendizagem. Assim, investigar o uso de tecnologias digitais na educação não se limita tão apenas à sua aplicação instrumental, mas também à compreensão de como elas podem contribuir para a transformação educacional em direção à equidade, emancipação intelectual, à justiça social e ao exercício pleno da cidadania.

O Grupo de Pesquisas em Tecnologias Digitais na Educação (GPTeD) realizou consulta, por meio de formulário on-line, com o objetivo de coletar informações, impressões e sugestões sobre o currículo e o funcionamento do curso. Foram obtidas 108 respostas de professores das redes públicas de ensino do Acre, incluindo o Instituto Federal do Acre.

O formulário contou com cinco blocos de perguntas: 1. Experiência com Tecnologias Digitais; 2. Necessidades Formativas; 3. Preferências sobre a Organização do Curso; 4. Infraestrutura e Recursos; 5. Expectativas e Sugestões.

No bloco 1 buscou-se conhecer as experiências com tecnologias digitais. Os resultados do questionário indicam que a maioria dos participantes possui um nível de conhecimento básico (47,2%) ou intermediário (40,7%) sobre o uso de tecnologias em atividades de ensino e aprendizagem. Apenas 10,2% dos respondentes relataram ter conhecimento avançado, enquanto 1,9% afirmaram não ter conhecimento sobre o tema. Foi perguntado se já tinha participado de formação sobre o uso de tecnologias digitais na educação, revelando que 58,3% dos participantes já participaram de alguma formação, enquanto 41,7% não tiveram essa experiência. Esses dados indicam que, embora a maioria tenha algum nível de formação, ainda há uma parcela significativa que pode se beneficiar de formação no uso de tecnologias educacionais. Um dado complementar é que 72,3% participaram de cursos de extensão (< 80 horas), 21,5% participaram de cursos com carga horária entre 80 e 180 horas, 3,1% participaram de cursos de aperfeiçoamento e 10,8% participaram de cursos de especialização *lato sensu*.

No bloco de necessidades formativas, buscou-se identificar as prioridades e sugestões para a formação em tecnologias digitais. Os resultados indicam que os temas prioritários, segundo os participantes, são: ferramentas digitais para elaboração de aulas (75,9%), metodologias ativas mediadas por tecnologia (71,3%), produção de materiais didáticos digitais (65,7%), inclusão digital e acessibilidade (56,5%), elaboração de sequências didáticas incluindo tecnologias digitais (58,3%) e

gamificação e jogos (52,8%). Outros temas relevantes incluem avaliação digital (43,5%), segurança digital e ética no uso de tecnologias (40,7%) e robótica educacional (25%). Esses dados sugerem uma demanda significativa por capacitação em diversas áreas das tecnologias digitais aplicadas à educação. Para concluir esse bloco, foi perguntado aos participantes para qual metodologia gostariam de aprender sobre ferramentas digitais. Os resultados indicam que os participantes têm interesse em aprender ferramentas digitais que auxiliem na aplicação das seguintes metodologias ativas: Sala de Aula Invertida (59,3%), Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) (56,5%), Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) (55,6%), Gamificação (47,2%), Estudo de Caso (41,7%), Rotação por Estações (32,4%) e Cultura Maker (30,6%). Esses dados destacam a importância de incluir esses temas no curso de especialização, atendendo às necessidades e expectativas dos futuros alunos.

No que se refere a organização do curso a consulta revelou que 63,9% preferem um curso híbrido, com 80% de aulas presenciais e 20% com atividades não presenciais mediadas por tecnologias. O sábado foi apontado como o dia com maior disponibilidade para estudos (51,9%), seguido da sexta-feira (44,4%). Em relação ao horário, a maioria dos participantes prefere o turno da noite (55,6%). Quanto à periodicidade das aulas revelou que 34,3% têm preferência por aulas semanais, 37% preferem aulas quinzenais, 16,7% indicaram a preferência por aulas mensais e 12% preferem módulos intensivos.

O questionário revelou ainda que 98,1% dos participantes possuem acesso a computador desktop, notebook ou tablet para acompanhar o curso e 97,2% possuem acesso à internet por fibra ótica (mínimo 200MB).

Os resultados revelados por ocasião da consulta realizada contribuem para a concepção e funcionamento do curso, e oferecem os subsídios para o diálogo entre a teoria e a prática, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a presente proposta de curso dialoga com o objetivo do Grupo de Pesquisas em Tecnologias Digitais na Educação (GPTeD) de investigar, desenvolver e disseminar estudos e práticas relacionados ao uso crítico e reflexivo das tecnologias digitais na educação, com foco na transformação do ensino, da aprendizagem e da gestão escolar, promovendo a inclusão, a equidade e a justiça social, atuando nas seguintes linhas de pesquisa: i) Tecnologias Digitais, Currículo e

Práticas Pedagógicas; ii) Formação e Desenvolvimento do Letramento Digital de Professores e iii) Tecnologias Digitais na Gestão Escolar Democrática.

Essas linhas de pesquisa convergem com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que representa um princípio fundamental na formação inicial e continuada de professores, especialmente no contexto da integração das tecnologias digitais na educação. Por meio de projetos articulados, é possível promover experiências formativas que aliem a produção de conhecimento científico ao desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, inovadoras e reflexivas. Essas iniciativas oferecem aos professores em formação possibilidades e oportunidades de aplicar, avaliar e reconfigurar o uso das tecnologias digitais em diferentes contextos educacionais, fortalecendo sua capacidade de atuar de forma crítica frente aos desafios da educação contemporânea.

Sendo um currículo que já tem, na sua gênese um compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o curso ora proposto visa contribuir para a formação de professores pesquisadores e extensionistas.

Portanto, a justificativa para a criação deste curso fundamenta-se nos resultados da consulta realizada e na necessidade urgente de qualificar professores para os desafios impostos pela educação digital contemporânea. A proposta visa integrar, de forma articulada, as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, assegurando uma formação que promova o desenvolvimento de docentes pesquisadores e extensionistas, com postura crítica, reflexiva e inovadora frente às demandas da sociedade atual.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a formação de professores da educação básica, qualificando-os para o desenvolvimento de interações entre tecnologias digitais, currículo e práticas pedagógicas, promovendo metodologias inovadoras e inclusivas que atendam às demandas de uma educação emancipatória, equitativa e de qualidade.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar e propor estratégias para a formação e o desenvolvimento do Letramento Digital de professores.
- Promover a formação de professores para o uso crítico e reflexivo das tecnologias digitais em suas práticas educativas.
- Analisar e propor práticas de integração das tecnologias digitais na gestão escolar democrática, com foco na promoção da participação coletiva, transparência e inclusão.

4 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação será um profissional qualificado para atuar de forma crítica, inovadora e inclusiva na integração de tecnologias digitais no contexto educacional. Este profissional estará preparado para:

- Integrar de maneira crítica e criativa as tecnologias digitais com o currículo e as práticas pedagógicas, promovendo metodologias que atendam às necessidades de uma educação emancipatória, equitativa e de alta qualidade.
- Investigar, propor e implementar estratégias que promovam o desenvolvimento do letramento digital em seus alunos, capacitando-os para o uso competente e crítico das tecnologias digitais.
- Utilizar as tecnologias digitais de forma crítica e reflexiva em suas práticas educativas, fomentando uma abordagem pedagógica que valorize a inovação e a inclusão.
- Analisar e integrar tecnologias digitais na gestão escolar, promovendo práticas que incentivem a participação coletiva, a transparência e a inclusão de todos os atores envolvidos no ambiente escolar.
- Comprometer-se com a formação continuada, mantendo-se atualizado sobre as novas tecnologias e metodologias educacionais, e aplicando esses conhecimentos de forma prática e significativa na educação básica.

- Promover o uso responsável, seguro e crítico das tecnologias digitais, preparando os alunos para serem cidadãos digitais competentes e éticos.

5 REQUISITOS DE ACESSO E DO PROCESSO SELETIVO

O curso será oferecido aos portadores de diploma em curso de graduação devidamente reconhecido, validado ou revalidado por órgão competente do Ministério da Educação.

Caso o diploma ainda não tenha sido registrado, será aceita declaração ou certidão de colação de grau, com a informação de que o discente aguarda a confecção do diploma.

O acesso ao Curso de Especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação dar-se-á por meio de processo seletivo, regulado por edital próprio, conduzido pelo Colegiado de Curso e deverá prevê duas etapas classificatórias: memorial e análise de experiência profissional.

O Memorial como instrumento do processo seletivo deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação do candidato;
- b) trajetória Profissional e acadêmica, destacando os conhecimentos e experiências relacionados as tecnologias digitais (se houver);
- c) sugestão de tema ou assunto sobre o qual gostaria de pesquisar (o candidato deverá analisar as linhas de pesquisa do GPTeD);
- d) interesse pessoal do candidato na área;
- e) possibilidades de aproveitamento do curso em sua atuação profissional;
- f) expectativas em relação ao curso.

A experiência profissional será avaliada conforme critérios e pontuação estabelecidos no edital.

O edital deverá ser publicado observando o Regimento de Pós-Graduação *lato sensu* e demais normas pertinentes ao tema, inclusive com reservas de vagas para ações afirmativas.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de especialização em Tecnologias Digitais na Educação é cuidadosamente estruturada para proporcionar aos estudantes uma formação crítica, reflexiva e integrada. A matriz curricular é composta por disciplinas teóricas e práticas que abordam as principais temáticas relacionadas às tecnologias digitais na educação. Além disso, o curso inclui atividades, seminários e projetos de pesquisa, visando a materialização da unidade teoria-prática dos conhecimentos e competências adquiridas e a promoção da interdisciplinaridade.

6.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e os documentos orientadores dela decorrentes;
- Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 – Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017;
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 – Altera a Lei nº 12.711, de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino;
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado;
- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 – Estabelece diretrizes e normas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização;
- Resolução Consu/Ifac nº 32, de 22 de outubro de 2020 – Dispõe sobre a alteração do Regimento de Pós-Graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);

- Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Aprovada pelo Conif na 140ª Reunião Ordinária, em 3 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/2024/politica-do-aee---fde.pdf>

6.2 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

A concepção pedagógica do curso de especialização em Tecnologias Digitais na Educação é fundamentada em abordagens teóricas que priorizam o desenvolvimento integral e crítico dos estudantes. Essa perspectiva é ancorada nas contribuições de John Dewey, David Ausubel, Jean Piaget, Lev Vigotski, Dermeval Saviani e Paulo Freire, além dos pensamentos de Seymour Papert, George Siemens e Stephen Downes.

O pensamento de John Dewey contribui com a ideia de que a educação deve ser centrada na experiência e na prática, e não na transmissão de conteúdo de forma passiva. Dewey (2023) valoriza a aprendizagem através da experiência, defendendo uma abordagem educacional que integre teoria e prática de forma dinâmica. O curso, portanto, adota metodologias que incentivam a experimentação e a prática reflexiva com tecnologias digitais, permitindo aos professores desenvolverem habilidades práticas e aplicarem essas tecnologias de maneira inovadora e contextualizada.

A teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel concentra-se na aprendizagem cognitiva, que ocorre por meio da organização e retenção estruturada de informações na mente do aprendiz. No entanto, para que essa aprendizagem seja realmente significativa, é essencial levar em conta o contexto social, cultural e econômico em que o indivíduo está inserido. Isso implica criar ambientes que respeitem os significados pessoais e sociais dos aprendizes, valorizando suas experiências em vez de se basear apenas em princípios abstratos de aprendizagem. Dessa forma, o sujeito pode se envolver de maneira ativa e consciente no processo educativo, contribuindo para atender às demandas sociais que ele passa a reconhecer. (Moreira; Masini, 2001). Assim, Ausubel ressalta a importância da aprendizagem ser significativa para o aluno em que novos conhecimentos são

conectados de maneira substantiva e não-arbitrária ao conhecimento prévio (Ausubel; Novak; Hanesian, 1980). Com base nessa teoria, o curso busca promover uma aprendizagem que vá além da simples memorização, incentivando os alunos a relacionarem novos conceitos com suas experiências e conhecimentos anteriores, tornando o processo educativo mais relevante e eficaz.

A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget oferece fundamentos essenciais para compreender como os sujeitos constroem ativamente o conhecimento a partir de suas interações com o meio. Para Piaget, o processo de aprendizagem está diretamente relacionado aos estágios de desenvolvimento cognitivo e à capacidade do indivíduo de assimilar e acomodar novas informações, reorganizando seus esquemas mentais. Essa abordagem construtivista valoriza a autonomia intelectual e a ação do sujeito sobre o objeto do conhecimento, permitindo que a aprendizagem ocorra de maneira ativa e significativa (Taille, Oliveira e Dantas, 2019). No contexto do curso, essa perspectiva é incorporada por meio da valorização da curiosidade, da experimentação e da resolução de problemas, promovendo a formação de professores capazes de planejar situações de aprendizagem que respeitem os diferentes ritmos e estilos cognitivos dos estudantes, e que utilizem as tecnologias digitais como instrumentos de mediação e ampliação da experiência pedagógica. Assim, Piaget contribui para sustentar uma prática educacional centrada na construção ativa do conhecimento, alinhada aos princípios de uma educação transformadora e crítica.

O sociointeracionismo de Lev S. Vigotski destaca a importância das interações sociais e culturais no processo de aprendizagem. Vigotski (2007) afirma que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da mediação e da colaboração entre os indivíduos. Com essa abordagem, o curso incentiva práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem colaborativa e o uso de tecnologias digitais como mediadores de experiências educativas enriquecedoras, permitindo que os alunos construam conhecimento de forma ativa e participativa.

A pedagogia histórico-crítica, conforme proposta por Dermeval Saviani, enfatiza a educação como um ato político e emancipatório. Saviani defende que a escola deve garantir o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, promovendo a formação crítica e autônoma dos indivíduos (Saviani, 2024). Nesta perspectiva, o curso visa capacitar professores para utilizar as tecnologias digitais

como ferramentas que facilitam o acesso à informação e promovem a reflexão crítica e a transformação social.

Inspirado no pensamento de Paulo Freire, o curso adota uma postura dialógica e emancipatória na formação dos professores. Em suas obras, Freire enfatiza a importância da conscientização e da educação problematizadora, na qual o aluno é visto como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Sua concepção de educação propõe a libertação dos indivíduos de condições opressivas por meio do diálogo e da reflexão crítica, transformando a escola em espaço de construção coletiva do conhecimento. Em 1984, o autor já antecipava uma leitura política, filosófica e ideológica sobre a relação entre seres humanos e tecnologia, ao afirmar: “Para mim a questão que se coloca é: a serviço de quem as máquinas e a tecnologia avançada estão? Quero saber a favor de quem, ou contra quem as máquinas estão sendo postas em uso.” (Freire, 1984). Nessa perspectiva, o curso busca formar educadores capazes de utilizar as tecnologias digitais para promover uma educação crítica, inclusiva e transformadora, engajando os estudantes em diálogos que problematizem a realidade e fomentem sua emancipação intelectual e social.

Além dos pensadores clássicos e contemporâneos que norteiam o pensamento pedagógico brasileiro, a proposta do curso obrigatoriamente, deve se pautar também nas novas abordagens sobre a aprendizagem com as TICs, como forma de garantir que o curso não seja somente sobre o ensino de TDIC, mas se concretize como um ensino com TDIC.

Nesse contexto, o curso se fundamentará nas duas concepções teóricas: o Construcionismo, de Seymour Papert, e o Conectivismo, de George Siemens e Stephen Downes. As duas concepções aqui são entendidas como complementares.

O Construcionismo orienta-se pela ideia de que a aprendizagem se torna mais significativa quando o sujeito constrói ativamente seu conhecimento, atuando de forma autoral, criativa e focando na experimentação com tecnologias digitais. Já o Conectivismo traz uma perspectiva contemporânea sobre a aprendizagem em ambientes digitais em rede, enfatizando a capacidade de estabelecer conexões, filtrar informações e aprender continuamente. A integração desses referenciais sustenta práticas formativas que valorizam tanto a produção criativa quanto a participação colaborativa em redes de conhecimento, em sintonia com os desafios da cultura digital e da inovação pedagógica. (Massa, 2022; Witt e Rostirola, 2020).

Diante dos fundamentos teóricos acima, o curso está fundamentado nos seguintes pressupostos:

- Compreensão da educação como ato emancipatório, que deve libertar os indivíduos de condições opressivas e alienantes, promovendo a conscientização e a transformação social;
- Integração crítica das tecnologias digitais à prática educativa, facilitando o acesso à informação e a construção de conhecimentos significativos;
- Promoção da aprendizagem colaborativa e ativa com apoio das tecnologias digitais, possibilitando o desenvolvimento de projetos autorais pelos estudantes;
- Promoção da produção de conhecimento científico e do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas, visando à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Valorização da comunicação dialógica e da educação problematizadora como fundamentos para envolver os alunos em diálogos transformadores, promovendo uma educação crítica e inclusiva;
- Promoção do uso responsável, seguro e ético das tecnologias digitais, preparando os alunos para serem cidadãos digitais competentes, em consonância com a dimensão da cidadania digital proposta no curso;
- Desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, que atendam às necessidades de todos os alunos e promovam uma educação equitativa e de qualidade, conforme os princípios de uma educação emancipatória e inclusiva;
- Valorização da aprendizagem centrada na tríade ação-reflexão-ação, destacando a experiência e a articulação dinâmica entre teoria e prática;
- Utilização das tecnologias digitais como ferramenta para a transformação educacional, a promoção da justiça social e o exercício pleno da cidadania, articulada com uma visão de educação dialógica e emancipatória;
- Compreensão da atuação docente como ato de mediação entre criatividade e conectividade.

Além dos aspectos mencionados, os professores atuantes no curso serão incentivados a promover vivências de metodologias ativas com ferramentas tecnológicas planejadas por meio de sequências didáticas ou projetos didáticos em suas disciplinas, com vistas a proporcionar uma imersão aos estudantes, articulando teoria e prática como unidade indissociável.

Em suma, a concepção pedagógica do curso é uma síntese das contribuições teóricas de Dermeval Saviani, Lev Semionovich Vigotski, Paulo Freire, John Dewey, Jean Piaget, David Ausubel, Seymour Papert, George Siemens e Stephen Downes, além de incorporar os princípios da educação emancipatória e dialógica. Essa abordagem resulta em uma formação integral que valoriza a educação crítica, colaborativa, emancipatória e baseada na experiência prática. O curso visa preparar os professores para enfrentar os desafios da educação contemporânea, utilizando as tecnologias digitais para promover a aprendizagem significativa e a transformação social.

A concepção pedagógica do curso estará em constante transformação, alimentada pelas reflexões teórico-práticas que emergem ao longo dos percursos de aprendizagem dos estudantes e dos percursos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes no âmbito da formação.

Dessa forma, a concepção pedagógica aqui apresentada traduz-se em uma proposta formativa que articula teoria e prática, fundamentando-se nos pressupostos críticos e construtivistas que orientam o trabalho docente. A estrutura curricular está organizada de modo a garantir progressão reflexiva e prática, contemplando disciplinas que abordam desde os fundamentos teóricos da educação até a aplicação efetiva das tecnologias digitais no contexto educacional.

As metodologias adotadas priorizam a aprendizagem crítico-reflexiva, ativa, colaborativa e significativa, utilizando metodologias como projetos, sequências didáticas com uso de TDIC, estudos de caso, oficinas práticas e experimentações em ambientes digitais vinculadas as práticas sociais atuais.

A avaliação será contínua e processual, com ênfase na autoavaliação, na análise crítica e na resolução de problemas, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem e incentivando a reflexão sobre a prática. Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a forma de artigo científico, será construído ao longo do percurso formativo, como culminância de uma trajetória que une fundamentos teóricos, investigação aplicada e compromisso com a transformação social. Assim, o curso consolida uma abordagem pedagógica coerente com os princípios da educação emancipatória, inclusiva e digitalmente situada, preparando o professor para atuar de maneira crítica, ética e inovadora nos diversos contextos educacionais.

6.3 PÚBLICO-ALVO:

O curso destina-se, prioritariamente, a professores graduados que atuam ou pretendem atuar com o ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, bem como a todos os profissionais da educação que necessitem adquirir ou aprofundar competências digitais, saberes e conhecimentos para o uso das tecnologias digitais na prática pedagógica, de forma crítica e reflexiva.

6.4 LOCAL DE FUNCIONAMENTO

O curso será ofertado na sede do Campus Rio Branco, situado na Avenida Brasil, 920 - Xavier Maia, Rio Branco – AC.

6.5 ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

O atendimento aos estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista, considerando as normas nacionais e institucionais vigentes, se dará por meio das seguintes providências:

- Identificação da necessidade específica pelo setor de Registro Escolar, pela Coordenação do Curso ou pelos professores, conforme procedimentos institucionais vigentes;
- Estudo de caso realizado pelo Napne para identificação das necessidades de adaptação;
- Elaboração do Plano de Atendimento Educacional Individualizado, conforme normas e orientações institucionais;
- Planejamento de adaptações curriculares e de materiais didático-pedagógicos;
- Articulação entre o Napne, a Coordenação do Curso e a Coordenação Pedagógica para garantir a acessibilidade necessária.

6.6 DA MATRÍCULA, DO TRANCAMENTO, DO DESLIGAMENTO E DA CONCLUSÃO DO CURSO

6.6.1 Da Matrícula

A matrícula institucional no curso é condicionada a classificação exitosa no processo seletivo, mediante requerimento e apresentação dos documentos exigidos em Edital de seleção.

O (a) candidato (a) que não efetivar a matrícula inicial no período definido no Edital do Processo Seletivo perderá direito à vaga em favor do subsequente classificado, pela ordem.

Será nula de pleno direito a matrícula efetuada sem a apresentação da documentação exigida dentro do prazo determinado.

Cada estudante ingressante receberá um único número de matrícula que o identificará durante todo o período de realização do curso, bem como para o arquivamento de documentação da vida acadêmica.

Caberá ao estudante a realização de matrícula nos componentes curriculares, inclusive no Trabalho de Conclusão de Curso, conforme cronograma informado pela Coordenação de Curso.

O (a) estudante que não realizar a matrícula curricular nos prazos estabelecidos será considerado (a) evadido (a) e será submetido ao processo de desligamento do curso.

6.6.2 Do Trancamento de Matrícula e Trancamento de Disciplina

No âmbito deste curso, o trancamento de disciplinas e de matrícula está regulamentado conforme as normativas institucionais vigentes, devendo os discentes observarem as seguintes diretrizes:

a) Trancamento de Disciplinas

O discente poderá solicitar o trancamento de disciplinas mediante requerimento formal, devidamente justificado, junto ao setor de protocolo do campus ou setor equivalente, respeitando os prazos definidos no calendário acadêmico.

- Para disciplinas ofertadas de forma regular, o trancamento será permitido apenas se o estudante tiver cursado menos de 25% da carga horária.
- Para disciplinas ofertadas de forma intensiva, em períodos condensados (iguais ou inferiores a 30 dias), o trancamento deverá ser solicitado até o segundo dia de aula.
- Cada disciplina ou atividade curricular poderá ser trancada apenas uma vez ao longo do curso.
- O discente deve estar ciente de que o trancamento pode resultar na indisponibilidade futura da disciplina e em impactos no desenvolvimento do projeto de pesquisa.
- Caso o curso entre em processo de extinção ou interrupção temporária, não será permitido o trancamento de disciplinas.

b) Trancamento de Matrícula (Trancamento Integral)

O trancamento integral da matrícula, correspondente à totalidade do semestre, poderá ser solicitado pelo discente por meio de requerimento formal e justificado, junto ao setor de protocolo do campus ou equivalente.

- A solicitação será submetida à apreciação do Colegiado do curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação.
- Caso deferido, o discente terá sua vaga assegurada no semestre trancado.
- Concluído o período de trancamento, o discente deverá requerer formalmente sua matrícula de reingresso. A ausência dessa solicitação acarretará no desligamento automático do curso, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante abertura de processo administrativo.
- Para retornar ao curso após o desligamento, será necessário participar de novo processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.
- O desligamento, por este ou outros motivos, será comunicado oficialmente e registrado em ata do Colegiado do curso.

- Caso o estudante tenha alguma bolsa vinculada ao curso, a concessão será automaticamente suspensa durante o período de trancamento.
- O tempo máximo para integralização do curso não será prorrogado em razão do trancamento de disciplinas ou de matrícula.

6.6.3 Do Desligamento

O desligamento do discente do curso de pós-graduação lato-sensu Educação Digital na Educação poderá ocorrer nas seguintes situações, conforme regulamentação institucional:

a) Hipóteses de Desligamento

O discente será desligado do curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação quando ocorrer pelo menos uma das situações abaixo:

I – A pedido do(a) coordenador(a) do curso, após verificação de evasão (abandono) por parte do discente ou reprovação em número de disciplinas superior ao permitido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II – Ultrapassagem do prazo máximo para integralização das disciplinas ou para a defesa do trabalho de conclusão de curso, mesmo após eventuais prorrogações devidamente concedidas;

III – A pedido do próprio discente, mediante requerimento formal entregue à coordenação do curso.

b) Direito ao Recurso

Nos casos de desligamento previstos nos incisos I e II, o discente poderá interpor recurso administrativo à coordenação do curso no prazo de até cinco (5) dias úteis, contados a partir da data de sua notificação formal. O recurso deverá conter justificativa clara e documentação comprobatória que sustente os motivos alegados.

c) Análise e Deliberação

O colegiado do curso será responsável pela análise do recurso, emitindo parecer conclusivo no prazo máximo de cinco (5) dias úteis após o recebimento do pedido de reconsideração.

6.6.4 Da Conclusão do Curso

A conclusão do curso dar-se-á mediante a integralização de todos os componentes curriculares obrigatórios, a realização da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e a entrega da versão final do trabalho, atendendo às orientações da coordenação e às normas institucionais.

7 ESTRUTURA DO CURSO

O curso está organizado de acordo com as normas nacionais e institucionais, dentre elas, a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 e o Regimento de Pós-Graduação *lato sensu* do Ifac.

A estrutura curricular está organizada em três eixos temáticos: 1) Processos de ensino e aprendizagem com apoio das tecnologias; 2) Desenvolvimento de Competências Digitais e 3) Tecnologias Digitais e Aprendizagem Colaborativa. Cada eixo temático está composto por disciplinas com 30h cada, totalizando 390h, além do Trabalho de Conclusão de Curso como requisito obrigatório para a emissão do certificado de especialista.

O curso é presencial com 20% (vinte por cento) de cada uma de suas disciplinas desenvolvidas com atividades online síncronas ou assíncronas, a critério do professor responsável, utilizando a Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle do Ifac, conforme os regulamentos próprios.

A criação e acompanhamento das turmas no AVA institucional deverá ser realizada conforme os procedimentos vigentes nas normas do Ifac, com apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional do Campus Rio Branco, da Coordenação de Curso e do próprio professor regente, naquilo que couber.

O curso de Especialização em Tecnologias Digitais na Educação está vinculado ao Grupo de Pesquisa em Tecnologias Digitais na Educação (GPTeD), tendo como área de concentração, a educação, da grande área de ciências humanas. Incorporando a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos, o curso materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, abrangendo as seguintes linhas de pesquisas:

1) Formação e Desenvolvimento do Letramento Digital de Professores: Esta linha de pesquisa tem como objetivo investigar e propor estratégias para a formação e o desenvolvimento do Letramento Digital de professores, capacitando-os para o uso crítico e reflexivo das tecnologias digitais em suas práticas educativas.

2) Tecnologias Digitais, Currículo e Práticas Pedagógicas: Esta linha de pesquisa tem como objetivo explorar as interações entre tecnologias digitais, currículo e práticas pedagógicas, com o intuito de promover metodologias inovadoras e inclusivas que atendam às demandas de uma educação emancipatória, equitativa e de qualidade.

3) Tecnologias Digitais na Gestão Escolar Democrática: esta linha tem como objetivo estudar a integração das tecnologias digitais na gestão escolar democrática, identificando práticas que promovam a participação coletiva, a transparência e a inclusão de diferentes atores no ambiente escolar.

Durante o desenvolvimento do eixo 1 os estudantes serão vinculados ao grupo de pesquisa e uma respectiva linha de pesquisa conforme deliberação do Colegiado de Curso, o orientador com aceitação dos estudantes.

Os estudantes poderão ou não, manifestar interesse em linhas de pesquisa que serão analisadas pelo Colegiado no ato da deliberação.

7.1 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação está composta de 13 (treze) disciplinas com carga horária de 30 horas cada, totalizando 390 horas. Cada disciplina terá 24 horas presenciais e 06 horas mediadas por tecnologias digitais, podendo ser atividades síncronas ou assíncronas. O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares e suas respectivas cargas horária.

QUADRO 1 - Disciplinas obrigatórias do Curso de Especialização Lato-Sensu em Tecnologias Digitais na Educação

EIXOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA				
		Total de horas	Hora-aula	Hora-relógio	Hora-presencial	Ativ. Mediadas no AVA
Eixo 1: Processos de ensino e aprendizagem com apoio das tecnologias	Alfabetização Digital	30	30	30	24	6
	Fundamentos das Teorias de Ensino e Aprendizagem na Era Digital	30	30	30	24	6
	Professor Pesquisador I	30	30	30	24	6
	Cultura Digital e Políticas Públicas para a Educação Digital	30	30	30	24	6
Eixo 2: Desenvolvimento de Competências Digitais	Tecnologias Assistivas e Acessibilidade	30	30	30	24	6
	Letramento Digital para Professores	30	30	30	24	6
	Cidadania Digital e Segurança na Internet	30	30	30	24	6
	Gestão Escolar Democrática e Tecnologias Digitais	30	30	30	24	6
Eixo 3: Tecnologias Digitais e Aprendizagem Colaborativa	Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais	30	30	30	24	6
	Inteligência Artificial Generativa na prática educativa	30	30	30	24	6
	Robótica Educacional	30	30	30	24	6
	Gamificação e jogos	30	30	30	24	6
	Professor Pesquisador II	30	30	30	24	6
Subtotal		390	390	390	312	78
Trabalho de Conclusão de Curso		-	-	-	-	-
Total		390	390	390	312	78

7.2 CARGA HORÁRIA

Em conformidade com as normas vigentes, a carga horária do curso está estabelecida em 390 (trezentos e noventa) horas, excluído o período para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

7.3 DURAÇÃO DO CURSO

O período mínimo para a conclusão do curso será de 12 meses, que envolve o cumprimento de disciplinas e aprovação e entrega da versão final do TCC. O período total de conclusão do curso será de até 12 meses, sendo os últimos três meses do curso destinados à conclusão do TCC.

O tempo máximo para integralização é de 24 meses letivos.

7.4 ORGANIZAÇÃO DAS AULAS

As aulas presenciais serão ministradas aos sábados, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, totalizando 39 sábados de aulas presenciais. A carga horária mediada por tecnologias digitais será distribuída em seis horas em cada disciplina, totalizando 78h, desenvolvida por meio de atividades síncronas ou assíncronas, a critério do professor responsável pela disciplina.

Para a organização dos horários, adotar-se-á, preferencialmente, a oferta de duas disciplinas simultaneamente, sendo uma no horário matutino e outra no horário vespertino.

7.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes será processual, de caráter formativo de modo a permitir reflexão-ação-reflexão e a unidade teoria-prática, além de expressar o compromisso com a perspectiva emancipatória e dialógica da educação.

Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com a proposta pedagógica do curso, bem como seu desenvolvimento e os objetivos de

aprendizagem propostos e buscando contribuir com a perspectiva da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Os professores poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, simulação de aulas, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática, sempre que possível articulando com o uso de ferramentas tecnológicas e atividades colaborativas de aprendizagem, tendo como preocupação a inclusão dos estudantes.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão:

- A relação entre teoria e prática;
- Os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e criticidade frente aos problemas identificados;
- O domínio de conhecimentos, incluindo a assimilação e utilização de saberes na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e interpretação de diferentes situações-problema;
- A participação, evidenciada pelo interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, bem como pelo cumprimento das atividades individuais e em grupo, internas e externas à sala de aula;
- A autoavaliação, como forma de expressão do autoconhecimento do estudante acerca do processo de estudo, da interação com o conhecimento, das atitudes adotadas e das facilidades e dificuldades enfrentadas.

7.6 DA APROVAÇÃO NO CURSO

A aprovação no curso compreenderá a avaliação do rendimento, da frequência e a aprovação do trabalho de conclusão de curso e será expressa em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) ou conforme normas institucionais.

Será considerado aprovado o discente que obtiver nota mínima 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina. No caso da carga horária mediada por tecnologias digitais será computada como

frequência o cumprimento das atividades estabelecidas pelo professor no ambiente virtual. Portanto, são etapas necessárias à aprovação do curso:

- A integralização das disciplinas.
- A aprovação do TCC em banca de defesa realizada em sessão pública.
- A entrega da versão definitiva do trabalho após a defesa.

7.7 ORIENTAÇÃO/COORIENTAÇÃO

A orientação do discente será distribuída para um orientador dentre os membros do corpo docente do curso, devendo ser formalizada no prazo de até 3 (três) meses após o início do curso, por meio da carta de aceite de orientação (formulário próprio a ser disponibilizado pela coordenação de curso).

A mudança de orientação poderá ser requerida pelo orientador ou pelo discente, mediante justificativa submetida à aprovação do Colegiado do Curso.

Caso tenha interesse, o discente, em comum acordo com o orientador, pode optar por um coorientador para o TCC. O coorientador deverá possuir, no mínimo, titulação de especialista, podendo ser um colaborador externo ou docente do Ifac.

7.8 ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

São atribuições do orientador:

- Definir, em conjunto com o discente ou grupo de discentes, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Orientar o projeto e o TCC em todas as suas fases de elaboração;
- Encaminhar à coordenação do curso, como sugestão, a lista de nomes dos membros das bancas examinadoras;
- Reunir-se, obrigatoriamente, no mínimo uma vez por mês com seu(s) orientando(s), realizando acompanhamento semanal conforme o andamento do projeto;
- Seguir as normas estabelecidas no PPC do curso.

7.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está previsto no Regimento de Pós-Graduação *lato sensu* do Ifac, sendo um requisito obrigatório para a obtenção do certificado de cursos de especialização. Deve ser realizado sob orientação docente, dentro dos prazos e formatos estabelecidos pelo curso, com matrícula a ser realizada após a integralização das disciplinas e apresentação de texto escrito, em língua portuguesa e defesa oral perante Banca Examinadora.

Encontramos na NBR 14724 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) o conceito de Trabalho de Conclusão de Curso como o documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

O TCC consistirá na elaboração e execução de um projeto de pesquisa em educação. O resultado do referido projeto deverá ser apresentado na modalidade de Artigo Científico, e defendido publicamente perante uma Banca Examinadora, proporcionando aos discentes a oportunidade de participar de discussões coletivas sobre o desenvolvimento do estudo científico.

O artigo científico deverá ser elaborado conforme as orientações institucionais. Na ausência dessas orientações, ou caso se mostrem inadequadas à proposta do curso, caberá ao Colegiado definir os parâmetros, considerando a proposta didático-pedagógica e o perfil do curso.

O estudante que publicar artigo científico em revista da área, ou de áreas afins, que tenham conceito mínimo Qualis B5 ou conceito equivalente poderá ser dispensado da defesa pública, desde que apresente o aceite da revista ou comprovar a publicação do referido texto, conforme normas institucionais.

Neste curso, o estudante será orientado desde o momento de ingresso. As etapas do Trabalho de Conclusão de Curso estão descritas no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Etapas e procedimentos para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Etapas	Descrição
Definição do orientador	<ul style="list-style-type: none"> • A designação será realizada pelo Colegiado do Curso, preferencialmente com base no memorial apresentado no processo seletivo. • A Coordenação promoverá um diálogo formal com os estudantes sobre suas intenções de pesquisa, por meio de formulário específico. • O orientador deverá ser designado até o final da 4ª semana de aula.
Carta de aceite	<ul style="list-style-type: none"> • O discente deverá confirmar seu orientador no prazo de até 06 (seis) meses após o início do curso, por meio da carta de aceite de orientação (formulário próprio). • O prazo de 06 (seis) meses está estabelecido no Regulamento da Pós-Graduação do Ifac, no entanto, considerando a proposta do curso, os estudantes devem, comprometidos com sua pesquisa, apresentar a carta com maior brevidade possível. • Caberá ao Coordenador do Curso e o orientador incentivar a entrega do documento. • Caso o estudante não aceite a sugestão apresentada pelo Colegiado, deverá escolher um orientador, mediante prévia anuência deste, dentre os membros do corpo docente do curso.
Elaboração e apresentação do projeto de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Parte integrante da disciplina Professor Pesquisador I. • O projeto será apresentado conforme definição do professor responsável, que poderá se articular com os orientadores e o GPTeD.

Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (quando aplicável)	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ocorrer em até 15 (quinze) dias após a aprovação no seminário do projeto. • O orientador é responsável por acompanhar a tramitação junto ao CEP, com apoio da Coordenação para orientações e supervisão de prazos.
Institucionalização do Projeto de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Registro formal do projeto junto ao sistema institucional de pesquisa, com apoio da secretaria acadêmica ou setor responsável.
Execução da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das atividades conforme previstas no projeto de pesquisa. • O Orientador e o Coorientador (se houver) deverão fazer os acompanhamentos. • Possibilidade de ajustes no projeto, mediante justificativa e autorização do orientador.
Construção da apresentação dos resultados da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Parte integrante da disciplina <i>Professor Pesquisador II</i>. • Apresentação dos resultados parciais à uma banca de avaliadores, com base nos critérios estabelecidos previamente.
Matrícula no componente curricular de TCC	<ul style="list-style-type: none"> • Permitida apenas após a integralização de todas as disciplinas do curso, conforme orientação da Coordenação. • Durante o componente TCC, o estudante deverá apresentar a versão preliminar do artigo e participar, obrigatoriamente de, no mínimo, um encontro mensal de orientação, devidamente documentados. • O recomendável é que o orientador promova encontros semanais para acompanhar o orientando no cumprimento das atividades da pesquisa. • O TCC só poderá ser apresentado após a conclusão e aprovação em todas as disciplinas do curso e dentro dos prazos estabelecidos.

Elaboração e revisão final do Artigo Científico	<ul style="list-style-type: none"> • Documento final do TCC, seguindo modelo institucional alinhado às normas da ABNT. • Utilização obrigatória de plataformas antiplágio para verificação de originalidade.
Solicitação de agendamento da defesa pelo discente	<ul style="list-style-type: none"> • Para agendar a defesa, o discente deve: <ul style="list-style-type: none"> • Obter aprovação formal do orientador (e-mail) • Solicitar o agendamento à coordenação de curso. (e-mail) • Entregar as cópias do TCC aos membros da banca. • Na solicitação de agendamento deve constar a indicação de 04 (quatro) nomes sugeridos pelo orientador para compor a banca examinadora.
Agendamento da banca examinadora pela Coordenação do Curso	<ul style="list-style-type: none"> • O Coordenador de Curso tem o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do pedido de agendamento de defesa, para designar a banca examinadora. • A defesa pública deve ocorrer em até 15 dias após a designação da banca examinadora. • Cabe ao coordenador do curso conceder prorrogação destes prazos estabelecidos mediante apresentação de requerimento formal devidamente justificado pelas partes envolvidas.
Envio do TCC à banca	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento das cópias em formato PDF aos membros da banca, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da defesa.
Defesa pública do TCC	<ul style="list-style-type: none"> • Após a designação da banca examinadora, a apresentação pública do TCC deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias. • A sessão pública de apresentação do TCC deve ser preferencialmente na forma presencial, em casos excepcionais poderá ser virtual, mediante justificativa aceita pela Coordenação.

Entrega da versão final do TCC	<ul style="list-style-type: none"> • Caberá a coordenação de curso orientar a entrega da versão final de acordo com as normas institucionais vigentes. • Se “aprovado com ressalvas”, é necessário apresentar declaração do orientador confirmando as correções a realização das correções obrigatórias exigidas pela banca. • Prazo de entrega: em até 60 (sessenta) dias após a defesa.
Emissão de documentos comprobatórios	<ul style="list-style-type: none"> • Realizada pela Coordenação do Curso, atestando a apresentação do TCC. • A emissão de qualquer documento comprobatório da defesa de TCC está condicionada a entrega da versão final do TCC, conforme normas institucionais.
Divulgação científica (opcional)	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações científicas podem substituir a defesa, desde que em periódicos com conceito Qualis B5 ou superior, com aceite ou publicação comprovada. • O estudante deverá fazer a solicitação junto a Coordenação de Curso.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; qualidade da pesquisa (delimitação do problema, fundamentação teórica, metodologia, análise e interpretação dos dados), linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez) e o conceito de “Aprovado”, “Aprovado com ressalva” ou “Reprovado”, conforme normas institucionais.

A nota mínima para “aprovação” ou “aprovação com ressalvas” é 7,0 (sete) pontos.

Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, será concedida uma única oportunidade para nova apresentação e defesa, em um prazo

máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da defesa anterior. Após esse prazo o estudante será desligado mediante processo administrativo.

7.10 BANCA EXAMINADORA

A banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será composta por três (03) membros titulares, sendo: o orientador ou coorientador do trabalho, um docente do Ifac e um profissional externo à instituição, com comprovada experiência acadêmica ou profissional na área relacionada ao objeto de estudo. Além disso, deverão ser indicados dois (02) membros suplentes.

É importante observar que:

- O coorientador fica impedido de participar da banca examinadora quando o orientador estiver na presidência;
- Todos os membros da banca deverão possuir titulação mínima de especialista;
- É proibida a participação, em bancas examinadoras, de parentes dos candidatos ou dos demais membros da banca (até 3º grau, cônjuge ou companheiro[a]);
- É permitida a participação de membros da banca examinadora por videoconferência, desde que devidamente justificada.

7.11 DA DEFESA

A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso será em sessão pública presencial, podendo em casos excepcionais ser realizada de forma virtual, desde que devidamente justificada e deverá observar os procedimentos estabelecidos no Regimento de Pós-Graduação *lato sensu* do Ifac.

A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ocorrerá em sessão pública, na qual o discente deverá apresentar seu trabalho em uma exposição oral com duração de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos. Em seguida, cada membro da banca examinadora disporá de até 30 (trinta) minutos para realizar sua arguição.

Concluída a etapa de arguição, a banca se reunirá em sessão reservada para deliberar sobre o resultado, atribuindo ao discente um dos seguintes conceitos:

“Aprovado”, “Aprovado com Ressalvas” ou “Reprovado” e atribuir uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

A aprovação com ressalvas será utilizada apenas nos casos em que o trabalho foi aceito, mas necessita de correções obrigatórias antes de ser considerado definitivamente concluído. Essa modalidade de aprovação reconhece o mérito do discente, pois o TCC apresenta qualidade suficiente em termos de conteúdo, metodologia e estrutura para ser aprovado. Ao mesmo tempo, mantém o rigor acadêmico ao apontar falhas que, embora não impeçam a aprovação, precisam ser corrigidas para garantir a excelência do trabalho final, como erros de forma, conteúdo, análise ou normas técnicas, como a ABNT. Trata-se, portanto, de um processo de melhoria que oferece ao estudante a oportunidade de aperfeiçoar o seu trabalho, sem a necessidade de nova defesa, desde que as correções exigidas sejam devidamente validadas pelo orientador.

Ao final dos trabalhos, a banca emitirá uma Ata de Defesa, contendo o conceito atribuído, e todos os membros deverão assinar a Folha de Aprovação, que será posteriormente homologada pela Coordenação do Curso.

O discente “aprovado” ou “aprovado com ressalvas” na defesa de TCC deverá entregar à coordenação de curso em até 60 (sessenta) dias após a defesa, a versão definitiva do trabalho conforme orientações da coordenação de curso.

O discente “aprovado com ressalvas” deve entregar ainda a declaração do orientador confirmando a realização das correções obrigatórias recomendadas pela banca examinadora.

7.12 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é um direito do discente estabelecido no Regimento de Pós-Graduação Lato-Sensu do Ifac e poderá ser concedido para disciplinas cursadas com êxito, em nível de ensino equivalente, desde que haja equivalência de objetivos, carga horária e conteúdo programático com as disciplinas do curso de Tecnologias Digitais na Educação.

a) Critérios para concessão:

- O componente curricular deve ter sido cursado há menos de 5 (cinco) anos;

- O limite máximo de aproveitamento para disciplinas cursadas em outras instituições é de 30% da carga horária total do curso, excluído o tempo dedicado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

- Para componentes cursados no próprio Ifac, o aproveitamento poderá alcançar a integralidade da carga horária, desde que atendidos os critérios de equivalência entre as ementas.

b) Procedimentos:

Para solicitar o aproveitamento de estudos, o discente deverá protocolar requerimento no setor de Protocolo do Campus Rio Branco, endereçado à Coordenação do Curso, contendo:

I – Histórico escolar com identificação do curso, carga horária, frequência e notas das disciplinas cursadas;

II – Programas das disciplinas (ementas e conteúdos programáticos), com indicação da carga horária total.

Os documentos devem ser apresentados em versão original (assinados e carimbados pela instituição de origem), acompanhados de cópias simples.

A ausência ou inconsistência da documentação resultará no indeferimento do pedido.

Um único conjunto de documentos poderá ser utilizado para a solicitação de aproveitamento de mais de uma disciplina, quando aplicável.

c) Análise e decisão:

Após parecer do docente responsável pela disciplina a ser aproveitada, o pedido será avaliado e deliberado pelo Colegiado do curso de especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação.

7.13 DO TRANCAMENTO DE DISCIPLINA

O trancamento de disciplina deverá ser solicitado pelo discente no setor de protocolo fundamentando as razões do pedido, conforme estipulado no calendário acadêmico.

No caso de disciplinas ministradas de forma regular, o trancamento parcial será realizado pelo discente, cumpridos, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de carga horária.

No caso de disciplinas ministradas de forma intensiva, em períodos condensados, o trancamento deverá ser feito até o segundo dia do início do seu desenvolvimento.

7.16 DO DESLIGAMENTO

O discente será desligado do curso de pós-graduação *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação, quando ocorrer pelo menos uma das seguintes situações:

I - a pedido do coordenador, após identificação da evasão do discente ou da reprovação em duas disciplinas consecutivas;

II - ultrapassar o prazo máximo permitido para integralização das disciplinas ou para a defesa do trabalho de conclusão de curso, considerando a prorrogação de prazo;

III - por sua própria solicitação, mediante formulário próprio entregue à coordenação do Curso.

Nas situações previstas nos incisos I e II, a coordenação do curso instruirá o devido processo administrativo conforme a Lei nº 9.784/1999, garantindo ao estudante o direito de impetrar recurso junto à coordenação do curso no prazo máximo de cinco (5) dias úteis após ser notificado sobre o desligamento, cabendo-lhes apresentar justificativa, devidamente comprovada, dos motivos alegados.

O colegiado do curso, após análise do caso, emitirá o parecer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Em qualquer um dos casos, o Colegiado, após análise dos recursos do estudante, poderá deliberar pela continuidade ou não dos estudos mediante o

compromisso do estudante com plano de estudo ou pelo seu desligamento, devidamente explicitado em ata.

7.17 CERTIFICAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação concederá certificação aos discentes que cumprirem todos os requisitos acadêmicos e administrativos previstos neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e na regulamentação institucional do Ifac, conforme disposto na Resolução nº 32/CONSU/IFAC/2020 e suas alterações.

a) Tipo de Certificação

Será conferido Certificado de Especialização em Tecnologias Digitais na Educação ao discente que concluir com êxito todas as etapas do curso, atendendo à carga horária mínima de 390 horas, com aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme as exigências deste PPC.

b) Requisitos para a Certificação

A emissão do certificado estará condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- I – Aprovação em todas as disciplinas previstas na matriz curricular do curso;
- II – Aprovação na apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ou comprovação de publicação científica conforme critérios estabelecidos neste PPC;
- III – Entrega da versão final do TCC à Coordenação do Curso, em formato digital e impresso (capa dura), conforme modelo institucional;
- IV – Apresentação de declaração de "nada consta" da biblioteca do campus;
- V – Atendimento às demais exigências previstas neste Projeto Pedagógico.

c) Procedimentos Administrativos

A emissão dos certificados seguirá os trâmites administrativos definidos pelo Ifac.

A certificação somente será efetuada após verificação formal do cumprimento integral de todos os critérios exigidos pelo curso e homologação da aprovação do discente pelo colegiado do curso.

Em observância à Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, os certificados de conclusão dos cursos de especialização devem ser acompanhados dos respectivos históricos escolares, nos quais devem constar, obrigatória e explicitamente:

I – O ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do art. 2º desta Resolução;

II – A identificação do curso, o período de realização, a duração total e a especificação da carga horária de cada atividade acadêmica;

III – O elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com a respectiva titulação.

8 GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS COM LINHAS DE PESQUISA AFINS AO CURSO PROPOSTO

O curso está diretamente vinculado ao Grupo de Pesquisa em Tecnologias Digitais na Educação (GPTeD), sendo obrigatória a vinculação das pesquisas desenvolvidas ao referido grupo. No entanto, será incentivada a realização de parcerias com outros grupos de pesquisa, desde que as propostas e publicações estejam relacionadas ao tema das tecnologias digitais e tenham como foco a formação de professores.

9 DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DO CURSO

O presente curso será oferecido em caráter regular e resulta da Política de Pós-Graduação do Ifac/Campus Rio Branco, podendo firmar convênios e colaboração com outras Instituições ou outros campi.

A estrutura de funcionamento possui uma coordenação de curso e o colegiado, com atribuições complementares que visam o bom funcionamento do curso.

9.1 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso de pós-graduação *lato sensu* será exercida pelo(a) coordenador(a) do curso e seu(sua) substituto(a) eventual, com titulação mínima de especialista, pertencentes ao quadro permanente do Ifac, lotados no Campus Rio Branco, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais ou 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva (DE), e com comprovada experiência na área específica do curso.

- O(A) coordenador(a) será indicado(a) pelo Colegiado do Curso;
- Para cursos recém-implantados, a escolha poderá ser feita pelos membros da comissão de elaboração do projeto;
- O mandato será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período;
- A Coordenação do Curso está subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus, sendo supervisionada pela Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão ou pela Coordenação de Pós-Graduação, conforme a estrutura organizacional vigente.

9.2 DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

São atribuições do(a) coordenador(a) do curso:

- I – Presidir a comissão do processo seletivo de discentes;
- II – Acompanhar e manter o controle acadêmico e documental do curso;
- III – Elaborar relatórios parciais e finais referentes à execução do curso;

IV – Coordenar e acompanhar o trabalho docente, assegurando a articulação entre teoria e prática;

V – Analisar e aprovar os planos de ensino das disciplinas;

VI – Adotar medidas urgentes no âmbito de sua competência, submetendo os atos ao Colegiado na reunião subsequente, para ratificação;

VII – Fornecer informações à Coordenação de Pós-Graduação da Proinp (COPG/Proinp), sempre que solicitado;

VIII – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do curso e a legislação vigente;

IX – Organizar o calendário anual do curso com base no calendário institucional;

X – Planejar, junto ao Colegiado, a cada semestre letivo, a oferta de disciplinas e a designação dos docentes;

XI – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do curso;

XII – Garantir a boa articulação entre os diversos setores envolvidos na execução do curso, incluindo biblioteca, secretaria acadêmica, setores financeiro e pedagógico;

XIII – Promover reuniões de planejamento, alinhamento e avaliação do curso com o grupo de pesquisa;

XIV – Identificar casos de evasão ou abandono e atuar, em parceria com o Colegiado, no enfrentamento das situações, em tempo hábil;

XV – Acolher os estudantes ingressantes, apresentando a estrutura de funcionamento do curso e do Campus Rio Branco;

XVI – Garantir o cadastro dos estudantes na biblioteca do campus, assegurando o acesso aos acervos físico e virtual;

XVII – Manter diálogo permanente com o GPTeD, visando à promoção da produtividade científica do curso;

XVIII – Diagnosticar necessidades e propor melhorias;

XIX – Implementar ações de autoavaliação e monitoramento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

XX – Sistematizar os resultados e apresentar relatório técnico ao final de cada ano letivo;

XXI – Colaborar com os instrumentos oficiais de avaliação definidos pela DIPPP/Proinp.

9.3 DO COLEGIADO

O Colegiado será presidido pelo(a) coordenador(a) do curso. No impedimento simultâneo do(a) coordenador(a) e de seu(sua) substituto(a) eventual, a presidência será exercida, temporariamente, pelo membro com maior tempo de participação no colegiado.

O Colegiado do Curso será composto por:

- I – O(a) coordenador(a) do curso;
- II – A totalidade dos(as) docentes que atuam no curso;
- III – Técnicos(as)-administrativos(as) envolvidos(as) nas atividades do curso;
- IV – Um(a) representante da equipe pedagógica do Campus, indicado(a) pelo(a) diretor(a)-geral;
- V – Um(a) representante do corpo discente do curso e seu(sua) suplente, eleitos(as) por voto direto entre seus pares, para mandato de 1 (um) ano, sem possibilidade de prorrogação.

9.4 ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

São atribuições do Colegiado:

- I - Elaborar e publicar o edital de seleção de docentes para o curso;
- II - Aprovar o credenciamento e o descredenciamento de docentes do curso, tendo como referência a formação profissional e a produção científica, artística cultural e tecnológica vinculada à área do curso;
- III - Aprovar as alterações no projeto do curso;
- IV - Aprovar a interrupção temporária da oferta do curso;
- V - Receber, apreciar, deliberar ou encaminhar, se necessário, sugestões, reclamações, representações ou recursos, de discentes ou professores, sobre qualquer assunto pertinente ao curso;
- VI - Exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;
- VII - Reunir-se ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre;

a) O quórum mínimo para as reuniões do Colegiado será de metade mais um de seus membros.

b) As decisões do Colegiado serão aprovadas por maioria simples dentre os membros presentes.

c) As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo coordenador de curso, ou mediante requerimento da maioria simples dos membros do Colegiado, sempre com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, respeitando o calendário acadêmico do Campus.

d) As reuniões deverão ser lavradas em atas e publicizadas.

10 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre (Ifac) disponibiliza aos estudantes do Curso de Especialização *lato sensu* em Tecnologias Digitais na Educação os seguintes recursos:

- Acesso a computadores e ao acervo bibliográfico da área, disponível na biblioteca física e virtual, de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h;
- Laboratórios de informática;
- Salas de aula climatizadas, equipadas com projetor multimídia e acesso à internet.

10.1 BIBLIOTECA

O Campus Rio Branco dispõe de uma biblioteca com 16 computadores com acesso à internet, 04 salas de estudo, e mesas distribuídas por toda extensão do espaço. A biblioteca apresenta um espaço de 423,54 m², divididos da seguinte maneira:

- Área para atendimento ao público, com capacidade para dois servidores;
- 01 sala de processamento técnico, com capacidade para três servidores;
- 02 salas de pesquisa digital com capacidade para 16 computadores;
- 04 salas para estudo em grupo, com 04 assentos em cada sala, totalizando o atendimento de 16 pessoas;

- 04 cabines para estudo individual;
- Área para estudo com capacidade para atender 40 leitores;
- 03 ambientes para leitura de livros literários, localizados na parte interna do acervo, com 04 assentos cada, totalizando o atendimento de 12 pessoas;
- Área de acervo bibliográfico com nova padronização de estantes.

A biblioteca possui aproximadamente 988 títulos e 8.769 exemplares (material com patrimônio) e oferece os seguintes serviços: consulta ao acervo, levantamento bibliográfico, confecção de fichas catalográficas para trabalhos acadêmicos, pesquisa digital e principalmente, o serviço de circulação: empréstimo/ devolução / renovação. Seu acervo bibliográfico é automatizado e utiliza o sistema SIGAA-módulo biblioteca. A biblioteca é coordenada por um servidor graduado em biblioteconomia e conta com mais seis (06) servidores, que auxiliam nos serviços e possibilitam o atendimento nos horários das 8h às 22h, de segunda-feira a sexta-feira.

Os estudantes do curso poderão solicitar empréstimos de livros conforme os horários de funcionamento da biblioteca.

10.1.1 Plano de Atualização do Acervo Bibliográfico

A coordenação do curso é responsável por solicitar à biblioteca do Campus Rio Branco a inclusão das obras da bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso e a assinatura de periódicos conforme indicação dos docentes no plano de atualização do acervo bibliográfico.

10.1.2 Biblioteca Virtual

Os bibliotecários do Campus Rio Branco auxiliam no acesso de fontes de informação virtuais governamentais disponíveis, como: Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca de Teses e Dissertações do IBICT, Domínio Público.

O Ifac possui uma Biblioteca Virtual da *Pearson Higher Education* disponibilizada a toda a comunidade acadêmica que permite o acesso remoto utilizando qualquer dispositivo conectado à internet, disponível 24 horas por dia, sete dias da semana.

Os estudantes do curso serão orientados pela Coordenação a buscar os serviços junto a Biblioteca do Campus Rio Branco e, ao mesmo tempo, apoiar iniciativas da Biblioteca no acolhimento aos estudantes.

10.1.3 Acessibilidade da Biblioteca

A Biblioteca dispõe de:

- Atendente treinado na Língua Brasileira de Sinais - Libras; rampa de acesso com corrimão;
- Entrada/Saída com dimensionamento;
- Disponibiliza software e outras aplicações leitura para pessoas com baixa visão; sala de estudo individual adaptada para cadeirante e pessoas com deficiência visual; mobiliário adaptado;
- Sinalização visual;
- Ambientes desobstruídos que facilitam a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual.

10.2 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Espaços	Nº
Salas de Aula com 40 cadeiras, ar-condicionado e projetor multimídia.	23
Auditório com espaço para 200 lugares, projetor multimídia e microfones.	1
Banheiro	18
Biblioteca	1
Sala de Coordenações	08
Sala de professores	1
Sala de Registro Escolar	1
Sala da Direção Geral	1
Sala da Direção de Ensino	1

Sala da Coordenação Técnico Pedagógica	1
Instalações Administrativas	34
Protocolo	1
Almoxarifado	1

Laboratórios	Qtde.
Laboratório de Física	1
Laboratório de Informática	5
Laboratório de Matemática	1
Laboratório de Química	2
Laboratório de Biologia	2
Laboratório de Edificações	1
Laboratório de Música	1
Laboratório de Desenho	1
Laboratório de Multimeios	1
Laboratório Fiocruz	1
Laboratório de Segurança	2
Laboratório de Anatomia	1
Laboratório de Artes	1
Laboratório de Mecânica	1
Laboratório de Rede	2
Centro de Idiomas	2
Laboratório de Pesquisa	1
Sala de Pesquisa e Extensão	1
IF Maker	1

10.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

Esporte e Convivência	Qtde.
Quadra Poliesportiva	01

10.4 ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Atendimento ao Estudante	Qtde.
Sala da Coordenação do Curso	
Sala do Núcleo de Assistência Estudantil, contando com uma psicóloga, duas assistentes sociais e outros profissionais.	01
Sala do NEABI	01
Sala do NAPNE	01
Refeitório	01

10.5 EQUIPAMENTOS

Itens	Qtde.
Computadores dos laboratórios de informática	163
Projektor Multimídia	26
Notebooks	02
Lousa digital interativa	01

11 CORPO DOCENTE

Em observância a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente, com formação específica em tecnologias educacionais, interesse em pesquisa na área de tecnologias digitais ou com pesquisa consolidada conforme as linhas de pesquisas pertencentes ao GPTeD.

O diálogo com outras grupos de pesquisa é possível em casos de parcerias e colaboração estabelecidas entre as partes interessadas e alinhamento.

Todos os professores que atuam no curso serão orientadores de TCC.

QUADRO 3 – Relação de professores com titulação, regime de trabalho e disciplina a ser ministrada

Componente curricular	Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Alfabetização Digital	Rodrigo Silva Souza	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Fundamentos das Teorias de Ensino e Aprendizagem na Era Digital	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Professor Pesquisador I	Danielly de Sousa Nóbrega	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Cultura Digital e Políticas Públicas para a Educação Digital	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Tecnologias Assistivas e Acessibilidade	Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	Doutorado	Dedicação Exclusiva

Letramento Digital para Professores	Luiz Eduardo Guedes	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Cidadania Digital e Segurança na Internet	Gustavo Gonçalves Cardial	Especialista	Dedicação Exclusiva
Gestão Escolar Democrática e Tecnologias Digitais	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais	Luiz Eduardo Guedes	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Inteligência Artificial Generativa na prática educativa	Gustavo Gonçalves Cardial	Especialista	Dedicação Exclusiva
Robótica Educacional	William Pedrosa Maia	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Gamificação e jogos	Gabriel Assumpção Firmo Dantas	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Professor Pesquisador II	Luiz Eduardo Guedes	Doutorado	Dedicação Exclusiva

O corpo docente do curso é composto, prioritariamente, por professores que integram o Grupo de Pesquisa em Tecnologias Digitais na Educação (GPTeD), com atuação comprovada nas áreas de ensino, pesquisa e extensão voltadas às tecnologias digitais na educação.

O curso mantém como foco central a formação de professores da educação básica das redes públicas de ensino, articulando-se, ao mesmo tempo, com os cursos técnicos e de graduação do Ifac, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A composição do corpo docente poderá ser ampliada mediante a inclusão de novos membros no GPTeD, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso e comprometidos com as diretrizes formativas do curso. Esses docentes deverão

assumir, de forma explícita, o compromisso institucional com o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Caso haja aumento da demanda por atuação docente, o curso poderá recorrer à publicação de edital específico para credenciamento de novos professores, de forma articulada com o GPTeD, considerando a natureza interdisciplinar e a especificidade da área de Tecnologias Digitais na Educação.

A atuação de professores colaboradores ou de outros campi será possível mediante autorização expressa dos diretores gerais de campus e previsão orçamentária para os custos obrigatórios.

11.1 ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE

São atribuições do corpo docente:

I - Lecionar os componentes curriculares sob a sua responsabilidade, de acordo com o PPC;

II - Zelar pela aprendizagem dos discentes;

III - Cumprir a proposta pedagógica estabelecida neste PPC;

IV - Cumprir a carga horária da disciplina conforme estabelecido no PPC;

V - Preencher o diário de classe adequadamente e no prazo estabelecido;

VI - Ser pontual e assíduo às aulas, às atividades educacionais da instituição correlatas a sua função profissional;

VII - Participar da construção e atualização do PPC;

VIII - Garantir a lisura e sigilo dos processos de avaliação da aprendizagem;

IX - Realizar sistematicamente a avaliação da aprendizagem do discente;

X - Tratar os discentes com respeito e justiça, mantendo a ética nas relações estabelecidas com eles, dentro ou fora da sala de aula;

XI - Orientar os discentes a fim de evitar a prática de plágios;

XII - Entregar o plano de ensino e o diário de classe nos prazos estabelecidos pela coordenação do curso;

XIII - Cumprir as atividades de orientação de TCC, entregando relatórios de atividades conforme solicitação da coordenação do curso;

XIV - Participar das reuniões de colegiado e outras reuniões pedagógicas de planejamento, alinhamento e avaliação da proposta pedagógica e funcionamento do curso;

XV – Utilizar as tecnologias digitais de forma ética, crítica, criativa e transparente.

XVI - Elaborar, inserir e mediar os conteúdos e/ou atividades no AVA, respeitando-se as características das disciplinas e o tempo destinado a essa forma de realização de atividades.

Essas atribuições refletem o compromisso do corpo docente com a qualidade da formação ofertada no curso de especialização, exigindo atuação ética, propositiva e alinhada às diretrizes pedagógicas do curso e da instituição. Espera-se que os docentes contribuam ativamente para a consolidação de práticas educacionais propostas, dialogadas com as demandas contemporâneas da educação e com o perfil dos profissionais em formação, promovendo a articulação entre teoria e prática e fortalecendo o processo de construção coletiva do conhecimento.

12. AVALIAÇÃO DO CURSO

Conforme a Resolução Consu/Ifac nº 130/2023, o curso de Especialização será submetido ao Programa de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação *lato sensu*, coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Proinp), por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPP).

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento, o aperfeiçoamento contínuo e a consolidação do curso, com base nos seguintes critérios:

- Desempenho acadêmico do curso;
- Práticas pedagógicas e metodológicas adotadas;
- Impacto do curso na comunidade e na formação profissional dos egressos;
- Condições de infraestrutura;
- Viabilidade e sustentabilidade da oferta do curso.

A Coordenação do Curso, juntamente com a direção do campus, será responsável por:

- Diagnosticar necessidades e propor melhorias;
- Implementar ações de autoavaliação e monitoramento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- Sistematizar os resultados e apresentar relatório técnico ao final de cada ano letivo;
- Colaborar com os instrumentos oficiais de avaliação definidos pela DIPP.

O processo de avaliação será proposto pela coordenação do curso com o apoio do colegiado e do GPTeD com vistas à melhoria da qualidade da formação, à consolidação do projeto pedagógico de curso e à sustentabilidade acadêmica e institucional do curso.

13 EMENTÁRIO

O ementário é composto por 13 (treze) disciplinas obrigatórias com 30h cada, que levam em conta as características de um curso de especialização lato-sensu, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº 1/2018:

Cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os **objetivos** de complementar a formação acadêmica, **atualizar**, **incorporar** competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país. (grifo nosso)

Nessa perspectiva uma ementa atualizada em um curso de especialização é fundamental para assegurar a formação crítica e consistente dos estudantes, conectando-os com os avanços mais recentes da área. Vale destacar a dinâmica e as atualizações aceleradas quando o assunto é tecnologia. Por isso, as ementas devem garantir o conhecimento mais recente sobre o tema, enriquecido por produção científica atualizada. Além do estudo de referenciais clássicos que fundamentam a base teórica do campo, torna-se essencial o trabalho pedagógico com artigos científicos, teses e dissertações que discutem os desafios contemporâneos e os novos aportes teóricos e metodológicos da pesquisa, favorecendo a articulação entre

teoria e prática, promovendo uma formação comprometida com a inovação e a transformação social.

Componente Curricular:	Alfabetização Digital		
Professor(a) Responsável	Rodrigo Silva Souza		
Carga horária:	30h	Eixo:	1
Ementa:	Fundamentos e práticas da alfabetização digital no contexto educacional contemporâneo. Análise crítica do acesso, uso e apropriação das tecnologias digitais por diferentes públicos. Interfaces entre letramento digital, cultura digital e inclusão digital. Desenvolvimento de competências digitais para o ensino e a aprendizagem. Estratégias pedagógicas para promover a alfabetização digital em ambientes escolares e não escolares. Avaliação de recursos, ferramentas e metodologias digitais para formação de cidadãos críticos, éticos e proficientes no uso da tecnologia.		
Bibliografia Básica:	<p>ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Tecnologia e formação de professores: experiências e pesquisas. São Paulo: Paulus, 2011.</p> <p>BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>PAIVA, Vanice Sargentini Martins de. Alfabetização digital e inclusão: desafios e possibilidades. Campinas: Autores Associados, 2011.</p> <p>PRETTO, Nelson De Luca; ASSIS, José Cláudio C. (orgs.). Educação e tecnologia: parceria para a cidadania. Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>RIBEIRO, Priscila Gonsales; PRETTO, Nelson de Luca. Educação aberta: cultura digital na escola. São Paulo: Edições Sesc, 2011.</p> <p>SELWYN, Neil. Educação e tecnologia: o que os professores devem saber. Porto Alegre: Penso, 2017.</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2015.</p>		

	<p>BUZATO, Marcelo Tápia. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.</p> <p>CYSNEIROS, Roberta. Cultura digital e educação: diálogos possíveis. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.</p> <p>MARTINS, Livia de Oliveira. Letramento digital e práticas pedagógicas: reflexões e propostas. Curitiba: Appris, 2019.</p> <p>BRITO, Janaina de Souza; PURIFICAÇÃO, Raquel de Lima (orgs.). Tecnologias digitais e formação docente: práticas, reflexões e desafios. Curitiba: CRV, 2021.</p> <p>GARCIA, Jussara Reis. Tecnologias digitais e inclusão: práticas pedagógicas em ambientes virtuais. Porto Alegre: Penso, 2020.</p>
--	--

Componente Curricular:	Fundamentos das Teorias de Ensino e Aprendizagem na Era Digital		
Professor(a) Responsável	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acacio		
Carga horária:	30h	Eixo:	1
Ementa:	Teorias clássicas e contemporâneas de ensino e aprendizagem; Teorias modernas de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação; Mediação pedagógica nos processos de ensinar e aprender na cultura digital.		
Bibliografia Básica:	<p>MOREIRA, Marco Antônio. Teorias da aprendizagem. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2015.</p> <p>MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>COELHO, Marcos Antônio. Conectivismo: Uma Nova Teoria da Aprendizagem para uma Sociedade Conectada. Sapiens, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3433. Acesso em: 19 abr. 2025.</p> <p>DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>		

	<p>KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus, 2007.</p> <p>KRIPKA, R. M. L. et al. Ensino, aprendizagem e novas tecnologias: relações entre abordagens teóricas clássicas e contemporâneas. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, v. 16, n. 37, p. 39, 30 dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/8003 Acesso em: 19 abr. 2025.</p> <p>MASSA, N. P.; DE OLIVEIRA, G. S. O construcionismo de seymour papert e os computadores na educação. G. S., . Cadernos da Fucamp, v.21, n.52, p.110-122/2022. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2820 Acesso em: 19 abr. 2025.</p> <p>TEIXEIRA WITT, D.; CRISTINA MARTINI ROSTIROLA, S. Conectivismo Pedagógico: novas formas de ensinar e aprender no século XXI. Revista Thema, v. 16, n. 4, p. 1012–1025, 14 jan. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.15536/thema.V16.2019.1012-1025.1583 Disponível em: https://videira.ifc.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2024/04/Conectivismo_pedagogico.pdf Acesso em: 19 abr. 2025.</p>
--	--

Componente Curricular:	Professor Pesquisador I		
Professor(a) Responsável	Danielly de Sousa Nóbrega		
Carga horária:	30h	Eixo:	1
Ementa:	A pesquisa em educação e o papel do professor pesquisador; Introdução às principais metodologias de pesquisa em educação: qualitativas, quantitativas e mistas; os paradigmas e as técnicas de pesquisas qualitativas: a observação participante, pesquisa-ação, estudos de casos, pesquisas narrativas e (auto)biográfica. Métodos quantitativos e mistos: instrumentos, análises e limites; Planejamento de pesquisa: da motivação inicial à delimitação do problema e fundamentação teórica, a partir das subáreas de interesse do campo educacional. Pesquisa online e a revisão de literatura: bases de dados acadêmicas e científicas; Uso de TICs para o gerenciamento de referências, fichamentos e leituras de trabalhos acadêmicos e científicos.		
Bibliografia Básica:	<p>ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. A pesquisa no cotidiano escolar. Metodologia da pesquisa educacional. Tradução. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>		

	<p>FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012. 256p.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>GUEDES, Luiz Eduardo. O letramento digital de um professor de língua inglesa: um estudo (auto)biográfico. 2024. 155 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2024.</p> <p>NÓVOA, António (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000.</p> <p>PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. e124567, 2020.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e método. Tradução de Cristhian Matheus. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.</p>

Componente Curricular:	Cultura Digital e Políticas Públicas para a Educação Digital		
Professor(a) Responsável	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio		
Carga horária:	30h	Eixo:	1
Ementa:	<p>Cultura digital contemporânea e sua interface com os processos educacionais. As transformações tecnológicas e comunicacionais na sociedade da informação e do conhecimento. Os impactos da cultura digital na formação de sujeitos, práticas pedagógicas e instituições educacionais. As políticas públicas brasileiras voltadas à educação digital e suas implicações para a inclusão, a equidade e a inovação pedagógica. Avaliação de programas governamentais, marcos legais e diretrizes curriculares relacionadas à tecnologia educacional. Cidadania digital, letramento digital crítico, direitos digitais e ética nas redes. Proposição de estratégias para implementação de políticas de cultura digital nas instituições escolares, considerando os desafios regionais e as desigualdades estruturais.</p>		

<p>Bibliografia Básica:</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Estratégia Nacional de Escolas Conectadas</i>. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/escolas-conectadas.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>CASTELLS, Manuel. <i>A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura</i>. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/ppgs/wp-content/uploads/2020/09/1-CASTELLS-Manuel.-Pr%C3%B3logo-a-rede-e-o-ser...-pp-39-a-66_compressed.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. <i>Tecnologias digitais, tendências atuais e o futuro da educação</i>. São Paulo: Cetic.br, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20220725145804/psi-ano-14-n-2-tecnologias-digitais-tendencias-atuais-futuro-educacao.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. <i>Tecnologias e ensino presencial e a distância</i>. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>LÉVY, Pierre. <i>Cibercultura</i>. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>NEVES, Ogaciano dos Santos; SPÓSITO, Marcos André Fernandes. Política Nacional de Educação Digital: letramento e cidadania para educação integral. <i>Educação e Pesquisa</i>, São Paulo, v. 51, e273572, 2025. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9973226.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p>	<p>ALLUCHE, Elie. <i>Digital transformation of education, systems approach and applied research</i>. 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2406.11861. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>ALVES, Lynn; LOPES, David (Orgs.). <i>Educação e plataformas digitais: popularizando saberes, potencialidades e controvérsias</i>. Salvador: EDUFBA, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39372. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>AZEVEDO, Celine Maria de Sousa et al. <i>Cultura digital e educação: desafios contemporâneos no ensino-aprendizagem</i>. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383939327_CULTURA_DIGITAL_E_EDUCACAO_DESAFIOS_CONTEMPORANEOS_NO_ENSINO-APRENDIZAGEM. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>BATES, A. W. (Tony). <i>Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem</i> [livro eletrônico]. Tradução de João Mattar. 1. ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. 607 p. (Coleção Tecnologia Educacional; 8). ISBN 978-85-64803-07-7. Disponível em: https://www.abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p>

	<p>em: 15 abr. 2025.</p> <p>MORAN, José Manuel. <i>A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá</i>. Campinas: Papirus, 2013.</p> <p>PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. <i>Revista Brasileira de Educação</i>, v. 11, n. 31, p. 19–29, jan./abr. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v11n31/v11n31a03.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p>
--	---

Componente Curricular:	Tecnologias Assistivas e Acessibilidade		
Professor(a) Responsável	Valdirene Nascimento da Silva Oliveira		
Carga horária:	30h	Eixo:	2
Ementa:	<p>Conceitos e práticas pedagógicas inclusivas. Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA). Políticas públicas e legislação sobre inclusão educacional. Tecnologias assistivas e estratégias de adaptação de materiais didáticos. Acessibilidade Digital e inclusão em ambientes virtuais. Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Salas de Recursos Multifuncionais: Espaços especializados para atendimento educacional inclusivo (AEE). Oficinas práticas para aplicação de tecnologias assistivas. Tecnologias assistivas na autonomia dos estudantes</p>		
Bibliografia Básica:	<p>BLIKSTEIN, Paulo; BARBOSA E SILVA, Rodrigo; CAMPOS, Fabio; MACEDO, Livia. <i>Tecnologias para uma educação com equidade. D3e/Todos pela Educação</i>. Brasília, 2021.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. <i>Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação</i>. 8.ed. São Paulo: Papirus, 2012.</p> <p>MOSCA, Claudia Regina; GIROTO, Rosimar Bortolini Poker; OMOTE, Sadao (Org.). <i>As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas</i>. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238p</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>ALVES, Maria Dolores Fortes; PEREIRA, Guilherme Vasconcelos; VIANA, Maria Aparecida Pereira. <i>Tecnologia assistiva na perspectiva de educação inclusiva: o ciberespaço como locus de autonomia e autoria</i>. <i>Laplage em revista</i>, v. 3, n. 2, p. 159–169, 2017.</p> <p>CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. <i>Desenho universal – Um conceito para todos</i>. Disponível em: f. Acesso em: 04 mai. 2025.</p>		

--	--

Componente Curricular:	Letramento Digital para Professores		
Professor(a) Responsável	Luiz Eduardo Guedes		
Carga horária:	30h	Eixo:	2
Ementa:	Conceitos de alfabetização, letramento, letramentos e multiletramentos. Conceito de Letramento Digital. Relação entre letramento digital e práticas pedagógicas inovadoras. Modelos pedagógicos de uso das tecnologias digitais pelos professores. Perfis de Letramento Digital Pessoal e Profissional de professores.		
Bibliografia Básica:	<p>MISHRA, P., & KOEHLER, M. J. Technological Pedagogical Content Knowledge: A Framework for Teacher Knowledge. Teachers College Record, 108(6), 2006.</p> <p>PUENTEDURA, R. Building transformation: An introduction to the SAMR model [Blog post], 2014.</p> <p>ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>ARAÚJO, Verônica Danieli Lima; GLOTZ, Raquel Elza Oliveira. O letramento digital enquanto instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento: desafios atuais. <i>Revista Paidéi@</i>, Santos, v. 2, n. 1, p. 1–12, 2009. Disponível em: https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/85 Acesso em: 26 maio 2025.</p> <p>BUZATO, Marcelo E. K. Letramentos digitais e formação de professores. In: <i>III Congresso Ibero-Americano EducaRede: Educação, Internet e Oportunidades</i>, 2006, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: EducaRede, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242229367_Letramentos_Digitais_e_Formacao_de_Professores. Acesso em: 26 maio 2025.</p> <p>FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores.</p>		

	<p><i>Educação & Sociedade</i>, Campinas, v. 26, n. 93, p. 335–352, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/. Acesso em: 26 maio 2025.</p> <p>RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento digital e ensino remoto: reflexões sobre práticas. <i>Debates em Educação</i>, Maceió, v. 12, n. Esp. 2, p. 446–460, 2020. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10757. Acesso em: 26 maio 2025.</p> <p>SILVA, Rosângela Aparecida da; FERREIRA, Edna Lúcia. Letramento digital: breve revisão bibliográfica do limiar entre o teórico e o prático. <i>Texto Livre: Linguagem e Tecnologia</i>, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1–18, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/31079. Acesso em: 26 maio 2025.</p>
--	--

Componente Curricular:	Cidadania Digital e Segurança na Internet		
Professor(a) Responsável	Gustavo Gonçalves Cardial		
Carga horária:	30h	Eixo:	2
Ementa:	<p>Análise crítica dos conceitos de cidadania digital, ética nas redes e segurança na internet, com foco nas implicações educacionais contemporâneas. Estudo das práticas de uso consciente, crítico e seguro das tecnologias digitais em contextos escolares. Discussão sobre legislação vigente, direitos digitais e os impactos do comportamento online na vida pessoal e profissional de educadores. Abordagem do cyberbullying contra professores e suas consequências psicológicas, institucionais e pedagógicas. Proposição de políticas e estratégias institucionais para prevenção, acolhimento e enfrentamento de práticas nocivas no ambiente virtual. Promoção da cultura digital responsável e desenvolvimento de competências para atuação ética e segura nas redes.</p>		
Bibliografia Básica:	<p>FREIRE, Isabel; ALVES, Maria Manuela; BREIA, Ana Paula; CONCEIÇÃO, Diana; FRAGOSO, Lénia. Cyberbullying e ambiente escolar: um estudo exploratório e colaborativo entre a escola e a universidade. <i>Revista Portuguesa de Pedagogia</i>, Coimbra, v. 47, n. 2, p. 43–64, 2013. DOI: 10.14195/1647-8614_47-2_3. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_47-</p>		

	<p>2_3/1260. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>FUJITA, Jorge Shiguemitsu; RUFFA, Vanessa. Cyberbullying: família, escola e tecnologia como stakeholders. <i>Estudos Avançados</i>, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 401–412, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3397.022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/fx5mYjgjYmvvDxzDF9ZqcGS/. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>RIBEIRO, Tarcízio Silva. <i>Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais</i>. São Paulo: Dandara, 2020.</p> <p>ROTHGIESSER, Tanya Linda. <i>Cidadania Digital: uma proposta de educação complementar para a inclusão digital e o combate às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo – o caso CDI</i>. 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16712&idi=1. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>ZUIN, Antônio Álvaro Soares. <i>Fúria narcísica entre alunos e professores: as práticas de cyberbullying e os tabus presentes na profissão de ensinar</i>. São Carlos: EdUFSCar, 2021. ISBN 978-65-86768-13-8.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>LÉVY, Pierre. <i>Cibercultura</i>. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MARQUES, Fernanda Telles; ASSUNÇÃO, Fernanda Oliveira Franco. Percepções docentes sobre violência institucional escolar e assédio moral horizontal. <i>Revista Eletrônica Pesquiseduca</i>, Santos, v. 6, n. 11, p. 246–266, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/10605/8539. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. <i>Revista FAMECOS</i>, Porto Alegre, n. 22, p. 23–32, dez. 2003. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/3229/2452. Acesso em: 15 abr. 2025.</p> <p>UNICEF. <i>Cidadania Digital em Sala de Aula</i>. Brasília: UNICEF Brasil, 2022. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/15281/file/Cidadania%20digital%20em%20sala%20de%20aula.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.</p>

Componente Curricular:	Gestão Escolar Democrática e Tecnologias Digitais		
Professor(a) Responsável	Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio		
Carga horária:	30h	Eixo:	2
Ementa:	O papel das tecnologias digitais na gestão escolar: desafios, possibilidades e riscos. As tecnologias digitais como instrumentos de participação, comunicação, transparência e acompanhamento da ação gestora. A apropriação crítica das tecnologias no contexto da gestão democrática e a tensão entre inovação e controle. Plataformas educacionais, governança algorítmica e ética na educação digital.		
Bibliografia Básica:	<p>ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. ALONSO, Myrtes. Tecnologias na Formação e na Gestão Escolar. São Paulo: Avercamp, 2007.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. V II. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.</p> <p>VIEIRA, A.T. et al. Gestão Educacional e Tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>ALVES ROSA, Maria Antonia; ORZECOWSKI, Suzete Terezinha. A gestão escolar e as novas tecnologias: desafios da gestão no trabalho pedagógico. Revista Desenvolvimento & Civilização, [S. l.], v. 5, n. 2, 2024. DOI: 10.12957/rdciv.2024.82399. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/82399. Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>CODES, Ana; ARAÚJO, Herton; TURCHI, Lenita. Gestão escolar na era da educação digital: promessas e desafios. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2024. 23 p. (Texto para Discussão, n. 3031). DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td3031-port. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14557/1/TD_3031_web.pdf Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>FRANÇA, T. B. A Gestão Educacional e as novas TICs aplicadas à educação. Anuário de Produção Acadêmica Docente, vol. 4, n. 8, 2010, p. 107 a 120. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/1406/1/Artigo%207.pdf Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. V III. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.</p> <p>SILVA, J.R; SALLES, R.S; SILVA, M.G. Utilização de novas tecnologias</p>		

	<p>em sala de aula: uma análise dos desafios e possibilidades na ótica da gestão escolar Revista Brasileira de Desenvolvimento, [S. l.] , v. 7, pág. 49008–49030, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n7-025. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/49896. Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>SILVA, Givanildo da; VIANA, Maria Aparecida Pereira. As tecnologias na educação: o papel da equipe gestora nas práticas pedagógicas. Dialogia, [S. l.], n. 32, p. 183–198, 2019. DOI: 10.5585/dialogia.N32.7484. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/7484. Acesso em: 21 abr. 2025.</p>
--	--

Componente Curricular:	Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais		
Professor(a) Responsável	Luiz Eduardo Guedes		
Carga horária:	30h	Eixo:	3
Ementa:	<p>Estudo das principais metodologias ativas de aprendizagem. Análise do papel das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, com foco na integração de ferramentas digitais que promovam a autonomia, o protagonismo discente e a aprendizagem significativa. Desenvolvimento de competências para planejar, implementar e avaliar práticas pedagógicas inovadoras, utilizando recursos tecnológicos e estratégias ativas que favoreçam a construção colaborativa do conhecimento e a resolução de problemas em contextos educacionais diversos.</p>		
Bibliografia Básica:	<p>BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>FARIAS, Cleilton Sampaio (org.) Metodologias ativas para a educação profissional e tecnológica: algumas proposições. Curitiba: CRV, 2022.</p> <p>LEITE, Bruno Silva. Tecnologias digitais e metodologias ativas: quais são conhecidas pelos professores e quais são possíveis na educação? Vidya, v. 41, n. 1, p. 185–202, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352573240. Acesso em: 25 abr. 2025.</p> <p>MILL, Débora; PIMENTA, Selma Garrido. Metodologias ativas na</p>		

	formação docente: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240041, 2019.
Bibliografia Complementar:	<p>BONWELL, Charles C.; EISON, James A. Active learning: Creating excitement in the classroom. ASHE-ERIC Higher Education Report No. 1. Washington, DC: George Washington University, 1991.</p> <p>FREEMAN, Scott et al. Active learning increases student performance in science, engineering, and mathematics. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 111, n. 23, p. 8410–8415, 2014.</p> <p>MARDER, Michael. Developing territory for active learning. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, Washington, v. 119, n. 50, e2217999119, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1073/pnas.2217999119. Acesso em: 25 abr. 2025.</p> <p>PRINCE, Michael. Does active learning work? A review of the research. Journal of Engineering Education, v. 93, n. 3, p. 223–231, 2004.</p>

Componente Curricular:	Inteligência Artificial Generativa na prática educativa		
Professor(a) Responsável	Gustavo Gonçalves Cardial		
Carga horária:	30h	Eixo:	3
Ementa:	<p>Estudo dos fundamentos, conceitos e aplicações da inteligência artificial generativa (IAG) no contexto educacional. Análise crítica de plataformas e ferramentas baseadas em IA generativa, como ChatGPT, DALL-E e outras, com ênfase na mediação docente e no processo de ensino-aprendizagem. Ética, autoria, curadoria, uso responsável e crítico-reflexivo da IAG na educação. Planejamento de práticas pedagógicas com IA generativa.</p>		
Bibliografia Básica:	<p>ALVES, Lynn (org.). Inteligência artificial e educação: refletindo sobre os desafios contemporâneos. [livro eletrônico]. Salvador: EDUFBA, 2023. Disponível em https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38646 Acesso em 26 maio 2025.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. A inteligência artificial é inteligente?. São Paulo: Edições 70, 2023</p> <p>SCHEIDEGGER, Jorge. Ah, se eu soubesse (inteligência artificial)...: uma viagem aos "cérebros eletrônicos". Nova Lima, MG: Falconi, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 26 maio 2025.</p>		

Bibliografia Complementar:	<p>CENTURIÓN, Diosnel. A inteligência artificial: investir no futuro da educação. InterEduc, v. 1, n. 1, p. 19–19, 16 ago. 2023. Disponível em: https://contatosempreendimentos.com.br/ojs/index.php/intereduc/article/view/12/38 Acesso em 26 maio 2025.</p> <p>LIMA, Renan Pessina Gonçalves de. Explorando o Chat GPT no ensino médio: uma abordagem crítica da inteligência artificial. Anais do Encontro Regional de Ensino de Geografia, p. 196–207, 2023. Disponível em https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3948 Acesso em 26 maio 2025.</p> <p>MARQUES, S. D.; LAIPELT, R. do C. F. Pós-realidade e Teoria da Desinformação: inquietações sobre o uso massivo de IA Generativa. In: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, SOCIEDADE E CIÊNCIA, 5., 2023, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, Rio Grande do Sul: 2023, p. 132-140. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/265448/001177114.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 14 abr. 2024.</p> <p>SANTAELLA, L. Balanço crítico preliminar do CHATGPT. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2023.1.44380. Acesso em: 14 abr. 2024.</p> <p>SANTOS, R. P.; SANT'ANA, C. DE C.; SANT'ANA, I. P. O ChatGPT como recurso de apoio no ensino da Matemática. Revemop, v. 5, p. e202303, 2023. DOI: https://doi.org/10.33532/revemop.e202303. Acesso em: 14 abr. 2024.</p> <p>SILVA, Diego Scherer da; KAMPFF, Adriana Justin Cerveira. A inteligência artificial generativa como ferramenta educativa: perspectivas futuras e lições de um relato de experiência. Tecnologias, Sociedade e Conhecimento, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 102–123, 2023. DOI: 10.20396/tsc.v10i2.18364. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tsc/article/view/18364 . Acesso em: 26 maio. 2025.</p>

Componente Curricular:	Robótica Educacional
Professor(a) Responsável	William Pedrosa Maia

Carga horária:	30h	Eixo:	3
Ementa:	Introdução à eletrônica aplicada à robótica, identificação e uso de sensores e atuadores, fundamentos de lógica de programação e introdução à programação em blocos. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares baseados em aplicações práticas da robótica educacional. Programação em plataformas físicas e ambientes virtuais.		
Bibliografia Básica:	<p>BALDESSAR, Juliano C.; SANTOS, Tuany N. Oficina de robótica no processo educacional. São Paulo: Dialética, 2023. ISBN-10: 6525295602 ISBN-13 : 978-6525295602</p> <p>BARBOSA, Rodrigo et al. Robótica Educacional: experiências inovadoras na educação brasileira. Penso Editora, 2019. ISBN-10: 8584291881 ISBN-13: 978-8584291885</p> <p>CHAUHAN, Purvee; KAPILA, Vikram. STEM education with robotics: lessons from research and practice. 1ª ed. New York: Routledge, 2023. ISBN 978-1032367576</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>FELDER, Richard M.; BRENT, Rebecca. Teaching and learning STEM: A practical guide. 2ª ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2024. ISBN-10: 1118925815 ISBN-13: 978-1118925812</p> <p>GONÇALVES, Vitor; ROQUE, Luiz. Introdução ao kit robótico LEGO EV3: programe seus robôs com linguagem de blocos. São Paulo: Casa do Código, 2018. ISBN-13: 978-8594188854</p> <p>PLATT, Charles. Eletrônica para makers: um manual prático para o novo entusiasta de eletrônica. Novatec Editora, 2019. ISBN-10: 8575225251 ISBN-13: 978-8575225257</p> <p>SILVA, Luis R. da. Robótica para o ensino fundamental I: criatividade e letramento. São Paulo: Blucher, 2024. ISBN: 978-8521221296</p> <p>WARREN, John-David; ADAMS, Josh; MOLLE, Harald. Arduino para robótica. São Paulo: Blucher, 2019. ISBN-10: 852121152X ISBN-13: 978-8521211525</p>		

Componente Curricular:	Gamificação e Jogos
Professor(a)	Gabriel Assumpção Firmo Dantas

Responsável			
Carga horária:	30h	Eixo:	3
Ementa:	<p>História dos Jogos; História da Gamificação; Diferenciação de Jogos e Gamificações; Jogos e Gamificações na Educação; Jogos Cooperativos e Competitivos; Princípios do Desenvolvimento de Jogos e Gamificações; Jogos de Tabuleiros Modernos e suas Diferentes Mecânicas; Jogos Narrativos e Jogos Digitais; Avaliação dos Jogos; Direitos Autorais e Distribuição de Jogos.</p>		
Bibliografia Básica:	<p>BOLLER, Sharon; KAPP, Karl. Jogar para Aprender: tudo o que você precisa saber sobre o design de jogos de aprendizagem eficazes. São Paulo: Dvs Editora, 2018. 208 p.</p> <p>DONOVAN, Tristan. TUDO É UM JOGO: a história dos jogos de mesa do monopoly até os colonizadores de catan. São Paulo: Devir Livraria, 2022. 312 p.</p> <p>KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na Educação Infantil: implicações da teoria de piaget. Porto Alegre: Penso, 2009.</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>ALVES, Flora. Gamification: como criar experiências de aprendizagem engajadoras. 2. ed. São Paulo: Dvs Editora, 2015. 200 p. ISBN-10: 8582891024 ISBN-13: 978-8582891025.</p> <p>CARRETTA, Marcelo La. Como Fazer Jogos de Tabuleiro: manual prático. Curitiba: Appris Editora, 2018. 169 p.</p> <p>CARVALHO, Arnaldo Vianna e Vilhena de. Pedagogia da Curiosidade: desvendando o potencial do unboxing e dos jogos de tabuleiro na educação. Curitiba: Editora Crv, 2023. 203 p.</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2019. 304.</p> <p>PRENSKY, Marc. Não Me Atrapalhe, Mãe! Eu Estou Aprendendo. São Paulo: Phorte, 2010. 320 p.</p>		

Componente Curricular:	Professor Pesquisador II
------------------------	---------------------------------

Professor(a) Responsável	Luiz Eduardo Guedes		
Carga horária:	30h	Eixo:	3
Ementa:	Ética na pesquisa. Integridade científica e responsabilidade social do pesquisador. Condução de uma pesquisa científica. Meios de publicação de resultados da pesquisa científica. Foco no artigo científico: definição e tipos; as partes de um artigo científico; estruturação e escrita científica; Normas da ABNT, citações, referências bibliográficas e a utilização de ferramentas digitais na formatação de trabalhos acadêmicos e científicos; Apresentação em seminário: socialização e apresentação do esboço do artigo científico.		
Bibliografia Básica:	<p>BRAGA, Maria Elisa Rangel. Como escrever artigo científico. 2013. Disponível em: http://aai.bireme.org/wp-content/blogs.dir/2/files/2013/08/Como-avaliar-artigo-cientifico_2013.pdf.</p> <p>FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p. ISBN 979-85-363-2052-6.</p> <p>GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p. ISBN 978-85-363-2055-7.</p> <p>SÁ, Jammara Oliveira Vasconcelos de. Desafios na escrita acadêmica: reflexões sobre os movimentos retóricos da seção de introdução do gênero artigo científico. Revista Colineares, Mossoró, v. 8, n. 2, p. 44–60, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/3761 Acesso em: 27 maio 2025</p>		
Bibliografia Complementar:	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.</p> <p>BATISTA, Andreza Pereira; NASCIMENTO, Carolina Linhares; CARVALHO, Luana Karen Rodrigues de; ALMEIDA, Maria Gizele Chagas da Silva; NASCIMENTO, Maria Lucileide Gomes do. Para o plágio eu digo não! Guia de boas práticas. Universidade Federal do Ceará, PPG-UFC. Fortaleza. 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61304/1/2021_cart_apbatista_et_al.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>BÉGULT, Béatrice. O periódico científico, um papel para a mediação de informação entre pesquisadores: qual seu futuro no ambiente digital? Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 3(3). 2009. doi: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/796.</p> <p>COSTA, Breno Giordane dos Santos; ESPIGÃO, Helga Silva; PINTO, Marcelo de Rezende. Professor ou youtuber? A crise da COVID-19, as mudanças de práticas sociais e a adoção de tecnologias para o ensino</p>		

	<p>remoto. Cadernos EBAPE.BR, v. 20, n. 3, p. 387–400, maio 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120210044. Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>FERREIRA, Manuel A.; CANELA, Renata; PINTO, Cláudia F. O processo editorial nos periódicos e dicas para a publicação. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 01-22, mai./ago. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.7769/gesec.v5i2.307. Acesso em: 21 abr. 2025.</p> <p>PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011.</p> <p>RODRIGUES, Rosângela Schwarz; QUARTIERO, Emanuel; NEUBERT, Patrícia. Periódicos científicos brasileiros indexados na Web of Science e Scopus: estrutura editorial e elementos básicos. Informação & Sociedade, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 138, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/117. Acesso em: 21 abr. 2025.</p>
--	---

13 REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. NOVAK, Joseph D. HANESIAN, Helen. Psicologia Educacional. 2.ed. Interamericana: Rio de Janeiro, 1980.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.533/23: Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.* Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

COELHO, Marcos Antônio. Conectivismo: Uma Nova Teoria da Aprendizagem para uma Sociedade Conectada. Sapiens - Revista de divulgação Científica, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3433>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DEWEY, John. Experiência e educação. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. *Resolução nº 32/CONSU/IFAC, de 22 de outubro de 2020.* Dispõe sobre a alteração do Regimento de Pós-Graduação lato sensu do Ifac e regulamenta a função de coordenador de curso. Rio Branco, IFAC, 2020. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2020/resolucoes-2020-1/resolucao-consu-ifac-no-32-2020> . Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. *Resolução nº 130/CONSU/IFAC, de 28 de setembro de 2023.* Regulamenta o Programa de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação lato sensu Especialização do Ifac. Rio Branco, IFAC, 2023. Disponível em: https://sei.ifac.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=863734&id_orgao_publicacao=0 Acesso em: 27 maio 2025.

FREIRE, Paulo. A máquina está a serviço de quem? Revista BITS, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 6, 2001. Disponível em <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/24>. Acesso em 18 maio 2025.

MASSA, N. P. OLIVEIRA, G. S. O construcionismo de Seymour Papert e os computadores na educação. G. S., Cadernos da Fucamp, v.21, n.52, p.110-122/2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2820> Acesso em: 19 abr. 2025.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2023 [livro eletrônico]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. ISBN 978-65-85417-23-5. Edição bilíngue: português / inglês. Vários colaboradores. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241119194257/tic_educacao_2023_livro_completo.pdf. Acesso em 16 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 45. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 fev 2025.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: novas aproximações. 11. ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 28. ed. São Paulo, SP: Summus, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

WITT, D.T; ROSTIROLA, S.C.M. Conectivismo Pedagógico: novas formas de ensinar e aprender no século XXI. Revista Thema, v. 16, n. 4, p. 1012–1025, 14 jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.V16.2019.1012-1025.1583> Disponível em: https://videira.ifc.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2024/04/Conectivismo_pedagogico.pdf Acesso em: 19 abr. 2025.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.